**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2021**

# OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de Serviços de Varrição, Limpeza, poda de arvores e recolhimentos de resíduos gerados, com a limpeza das vias públicas no município de Selvíria - MS.

**PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global**

**DATA DE ABERTURA: 29/12/2021 às 09h00min**

**Obs.: Horário de Brasília**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2021

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2021**

**PREÂMBULO:**

**O MUNICIPIO DE SELVÍRIA/MS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.410.665/0001-40, com sede na Avenida João Selvirio de Souza, 997 nesta cidade de Selvíria/MS, neste ato devidamente representado pelo Prefeito, **JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS** por intermédio do fundo, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo **“MENOR PREÇO”**, com CRITÉRIO DE JULGAMENTO **“GLOBAL”,** de acordo com o que determina a Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente e no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a ser regidos pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições que seguem:

1.1 LOCAL: Na sala do Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Selvíria, localizada na Avenida João Selvirio de Souza n.º 997, centro, na cidade de Selvíria – MS, CEP: 79.590-000.

1.2 Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço discorrido acima, em Sessão Pública de processamento deste Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

1.3 Telefone xx 67 3579 1486, e-mail: licitacaoselviria@hotmail.com.

1.4 As propostas de preços deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que deles fazem parte integrante.

1.5 No caso de impedimento da realização do Certame Licitatório na data supracitada, o mesmo deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente ao fato que ensejou o impedimento da realização do Certame Licitatório, no mesmo horário.

**2. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

2.1 A sessão pública de processamento do Pregão será realizada na sala de reuniões do Setor de Licitações e Contratos, da Prefeitura de Selvíria, localizada na Avenida João Selvirio de Souza n.º 997, centro, na cidade de Selvíria/MS, no **dia 29 de dezembro de 2021 às 09h**, dando-se início ao credenciamento e posteriormente as demais fases, sendo conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designada para atuarem no certame.

2.2 Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

2.3 Iniciada a fase de recebimento dos envelopes, e declarado o encerramento do credenciamento não haverá mais possibilidade para credenciar licitantes que chegarem após este ato.

2.4 Na hora e local indicado no item 2.1 serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este Pregão:

I - Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

II - Recebimento dos envelopes de propostas de preços e documentos de habilitação;

III - abertura dos envelopes de propostas de preços das empresas credenciadas para participar do certame;

IV - Desclassificação das empresas cujas propostas de preços não atenderem às exigências essenciais deste Edital e classificação provisória das demais em ordem crescente de preço;

V - Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais aos representantes das empresas cujas propostas de preços estejam classificadas entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);

VI - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores a proposta de menor preço;

VII - classificação definitiva das propostas em ordem crescente de preço;

VIII - abertura do envelope de documentos de habilitação apenas da empresa cuja proposta de preços tenha sido classificada em primeiro lugar;

IX – Será dispensado da apresentação, no envelope de habilitação, o documento que a empresa houver apresentado no momento do credenciamento;

X - Habilitação ou inabilitação da empresa classificada em primeiro lugar, prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope de documentos de habilitação da empresa classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se necessário, até que aconteça a habilitação de uma das empresas;

XI - abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razoes de recorrer; precluindo do direito de recorrer em relação ao fato não manifestado em ata.

XII - adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo a autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

**2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO:**

2.1. Contratação de empresa especializada para realização de Serviços de Varrição, Limpeza, poda de arvores e recolhimentos de resíduos gerados, com a limpeza das vias públicas no município de Selvíria - MS, em conformidade com as Especificações mínimas e Quantidades constantes nos ANEXOS de Proposta de Preço e do Termo de Referência/Memorial/Planilha de custos, parte integrante deste Edital.

2.2. Os serviços deverão ser executados conforme exigências do Termo de Referência.

2.3. Os serviços de varrição, coleta e transporte de resíduos gerados com a varrição das ruas e avenidas, bem como os serviços de poda de arvores, serão executados pela CONTRATADA obedecendo às exigências do presente edital, termo de referência e seus anexos, além da Lei 8.666/93, e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

2.3.1Todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços, tais como, seguros, transporte, tributos, encargos previdenciários, EPI, uniformes, ferramentas, equipamentos, veículos, implementos, máquinas, manutenções corretivas e preventivas, troca e reposição de óleos lubrificantes, troca e reposição de filtros lubrificantes e hidráulico, serviços e peças para reparos mecânicos, **transportes dos funcionários inclusive até o bairro Reassentamento Véstia que fica a aproximadamente 02 km da sede do município e Reassentamentos que ficam a 100 km**, motorista e/ou operador, custos com trabalhadores braçais, encarregado e outros, incluindo os encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas e seguros que recaiam sobre os serviços contratados, não onerarão a CONTRATANTE, incluindo toda responsabilidade civil por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causado pelos seus funcionários à CONTRATANTE ou terceiros decorrentes de suas atividades ou atos de seus funcionários ou prepostos, o caminhão e demais equipamentos ou veículos (quando for passivo de tal serviço) deverão possuir seguro no mínimo contra terceiros.

2.4 – Convenção utilizada -

|  |  |
| --- | --- |
| |  | | --- | | SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DE MS, CNPJ n. 33.089.590/0001-20 e SIND TRABALHADORES EMPRESAS ASSEIO CONSERVACAO DE MS, CNPJ n. 33.194.366/0001-06. | |

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2021**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | | |
| **NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** | MS000062/2021 |
| **DATA DE REGISTRO NO MTE:** | 12/03/2021 |
| **NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** | MR011756/2021 |
| **NÚMERO DO PROCESSO:** | 10170.100234/2021-91 |
| **DATA DO PROTOCOLO:** | 12/03/2021 |

**2.4. DAS GENERALIDADES DOSSERVIÇOS:**

1. Contratação de empresa especializada de varrição manual ou mecanizada, compreendendo todas as vias pavimentadas e respectivos meio fio, onde está incluso ainda a capinação de pequenos arbustos e ervas daninhas que possam existir no local das varrições, (metragem seguirá os dados no termo de referência), ficando livre e impedido de qualquer obstáculos (Ervas daninhas, terra/areia, etc), esses serviços devem atender a frequência e horários determinados para cada local e região e coleta de todo material varrido ou juntado pela coletividade.
2. A área total das ruas e avenidas é de 515.669 (quinhentos e quinze e seiscentos e sessenta e nove metros quadrados) manual e 17.481 (dezessete mil quatrocentos e oitenta e um metros quadrados) mecânica mensalmente, conforme mapas em anexo para realização de limpeza e coleta dos resíduos gerados com a varrição, sendo que este cronograma deverá ser executado semanalmente, em sua totalidade, e repetidos em semanas subsequentes conforme mapas em anexo.
3. A empresa a ser contratada será responsável por todos os materiais, ferramentas, equipamentos, veículos, implementos, máquinas e EPI’S necessários para segurança dos colaboradores que irá proceder os referidos serviços.
4. Os serviços serão realizados de segunda à sábado, conforme programação e mapas anexo em um período diário de 8 horas de segunda a sexta feira e 4 horas no sábado, totalizando 44 horas semanais, conforme legislação de trabalho vigente:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DIAS** | **INÍCIO** | **INTERVALO** | **RETORNO** | **TÉRMINO** |
| Segunda a sexta | 02:00 | 06:00 | 07:00 | 10:00 |
| Sábado | 02:00 | \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\* | \*\*\*\*\*\*\*\*\* | 06:00 |
| Festividade | Conforme necessidade do município | \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\* | \*\*\*\*\*\*\*\*\* | \*\*\*\*\*\*\*\*\* |

**PARAGRAFO PRIMEIRO:** Os serviços de limpeza mecanizada devem ser realizados a partir das 6:00 horas.

**PARAGRAFO SEGUNDO:** Caso ocorra, alguma impossibilidade por, (Intempérie, Feriados não trabalhados, chuvas no horário de trabalho, etc.) a não realização dos serviços alocados para o setor e o dia em questão, deverão ser realizados em conjunto no prazo máximo de até 2 (dois) dias subsequentes.

**PARAGRAFO TERCEIRO:** Conforme necessidade, a empresa CONTRATADA deverá disponibilizar a limpeza em **locais de festejos ou comemorações promovidas pelo município de Selvíria – MS,** mediante solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

* 1. **DA MANUTENÇÃO**

1. Serão realizadas vistorias pelo fiscal do contrato para verificar a qualidade da execução dos serviços, e se for o caso solicitar a correção imediata deles em conformidade com o termo de referência.

Plano de Execução

Este serviço é dividido em 02 sub serviços, Carga e Descarga e Transporte. Para o serviço Carga e descarga o quantitativo considerado será o volume estimado de resíduos gerados por cada serviço no mês e para o serviço de transporte, será considerado que os sacos de lixos serão depositados nos canteiros das avenidas, após isso o caminhão basculante percorrerá os trechos recolhendo os sacos.

Conforme Termo de Referência em anexo.

* 1. **LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

1. Os serviços objetos deste termo de referência serão executados no município de Selvíria – MS, em todos os logradouros públicos pavimentados ou com qualquer tipo de calçamento, o que compreende as avenidas, ruas e viela.
2. Bairros que estão inclusos para serem feitas as devidas limpeza:

* Centro/Selvíria;
* Véstia;
* Reassentamentos que possuem órgãos públicos;
  1. **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:**

1. Varrição manual e mecanizada de vias e sarjetas consiste na varrição de vias e calçadas conforme definidos acima através da utilização de vassouras, pá de recolhimento e carrinho de mão para depósito temporário e transporte local dos materiais recolhido e com varredora recolhedora rebocável.
2. As sarjetas deverão ser varridas de acordo com o Termo de Referência
3. Raspagem das sarjetas consiste no recolhimento de todo material juntado e recolhidos através de carrinho de mão, enxadas, pás e retroescavadeira conforme a necessidade.
4. Capina manual da faixa de limpeza definida em itens anterior, consiste na utilização de enxadas, pás, foices, garfos e carrinho de mão para recolhimento do material.
   1. **DA ESTRUTURA FÍSICA, DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO.**
5. Para assegurar a normalidade operacional da manutenção desejada pelo Município, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar máquinas, equipamentos e colaboradores capacitados para execução, conforme quantidade mínima definida abaixo:

* **Conforme Termo de Referência – Anexo II do edital;**

**PARAGRAFO ÚNICO:** Os materiais e/ou equipamentos para realização dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.

* 1. **DO TRANSPORTE E DESCARTE DOS MATERIAIS**

1. **A CONTRATANTE** tem a obrigação de efetuar os transportes e descartes de materiais recolhidos como terra, areia, folhas, pequenos galhos, papeis, plásticos e outros que forem retirados dos pontos de limpeza, até o local apropriado, indicado pelo **CONTRATANTE**, sendo **PROIBIDO** o descarte em terrenos baldios, rios, córregos ou outros lugares não autorizados. O local indicado para descarte dos materiais será de no máximo 10 Km da sede do município.
   1. **SERVIÇOS CONGÊNERES: *PODA DE ÁRVORES***
2. A poda das arvores de pequeno, médio e grande porte e o recolhimento até o destino final, será executado a partir de ordem de serviços emitida pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, devidamente autorizado por autoridade competente, com base em observação “in loco” pelo responsável designado. Toda e qualquer responsabilidade sobre a execução dos serviços será da **CONTRATADA**.
3. Fica aqui definida que árvores de pequeno e médio porte são aquela com diâmetro do seu tronco menor ou igual a 0,40 m e árvores de grande porte aquelas com diâmetro do seu tronco maior do que 0,40 m.
4. A quantidade média anual de Podas de Árvores é de **250 (duzentos e cinquenta) unidades,** sendo 150 (cento e cinquenta) unidades de pequeno e médio porte e 100 (cem) unidades de grande porte, sendo suas podas realizadas parceladamente e conforme a necessidade.

**3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

3.1. Poderão participar do certame licitatório, as empresas de médio e grande porte, as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, interessados, comprovadamente do ramo correlacionado ao objeto desta licitação e que satisfaçam as condições exigidas no presente edital e seus anexos, parte integrante deste Edital.

3.2. As licitantes que queiram se credenciar como ME/EPP deverão comprovar o enquadramento, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 ou como Microempreendedor Individual, nos termos do art. 18-A, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006 para participação no presente certame.

3.3. Os interessados em adquirir cópia do edital deverão entrar em contato com o Núcleo de Licitações, à Avenida João Selvirio de Souza, 997, Centro, Selvíria - MS ou através do telefone (xx67) 3579-1486. Se a empresa preferir retirar cópia impressa do Edital, deverá retirar na sala de licitações ou pelo site [www.selviria.ms.gov.br](http://www.selviria.ms.gov.br).

3.3.1. As licitantes deverão apresentar a documentação exigida para Proposta de Preço e Habilitação no mesmo ato, até a data, hora e local designados neste edital, em **envelopes opacos**, timbrados ou com o carimbo do CNPJ, lacrados e com os seguintes dizeres:

|  |
| --- |
| **ENVELOPE “I” – PROPOSTA DE PREÇO**  **MUNICÍPIO DE SELVÍRIA – MS**  **PREGÃO Nº 032/2021**  **PROCESSO Nº 116/2021**  **(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE E CNPJ)** |

|  |
| --- |
| **ENVELOPE “II” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  **MUNICÍPIO DE SELVÍRIA – MS**  **PREGÃO Nº 032/2021**  **PROCESSO Nº 116/2021**  **(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE E CNPJ)** |

3.4. A ausência ou incorreções dos dizeres citados acima, na parte externa dos envelopes não constituirá motivo para desclassificação da licitante que poderá inserir as informações faltantes e/ou retificá-las.

3.5. Caso eventualmente ocorra à abertura do Envelope II – Habilitação antes do Envelope I – Proposta de Preço, será aquele novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

3.6. Não poderão concorrer neste PREGÃO, licitantes que se enquadrem nas situações a seguir:

1. *Licitante que possua sócio ou contratado servidor ou dirigente de órgão contratante ou responsável pela licitação.*
2. *Licitante que tenha em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e isso a partir dos 14 (quatorze) anos;*
3. *Licitante cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste PREGÃO.*
4. *Licitante que esteja com o direito de licitar e contratar suspenso com o Município de Selvíria - MS ou que tenha sido declarada inidônea (art. 87, IV da Lei 8666/93) ou impedida (art. 7º, da Lei 10.520/02), desde que não tenham logrado reabilitação;*

3.7. Quando for o caso a participação em licitação expressamente reservada à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, ficando o autor da conduta fraudulenta sujeito à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Selvíria - MS, sem prejuízo de multas previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

**4. DO CREDENCIAMENTO:**

**4.1. Para fins de *CREDENCIAMENTO* junto ao Pregoeiro, a Proponente deverá enviar um representante munido de documento que o *CREDENCIE* à participação, respondendo pela representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se entregando cópias autenticadas, em cartório, dos documentos abaixo relacionados, em uma via ou, se preferir, cópias acompanhadas do original que poderão ser autenticadas pelo (a) Pregoeiro (a) ou membros do Grupo de Apoio.**

4.1.1. **Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.**

4.1.2. **No caso de diretor, sócio ou proprietário da empresa licitante** que comparecer no local, deverá comprovar a responsabilidade por meio da apresentação de Registro comercial no caso de Empresa Individual; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial; Inscrição do ato constitutivo e alterações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício no caso de Sociedade por Ações; Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício no caso de Sociedade Civil; Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil; Estatuto Social em vigência no caso de Cooperativas e; Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual – CCMEI para MEI.

4.1.3. Tratando-se de **procurador deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração com firma reconhecida em cartório**, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente, **acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga**.

4.2. As licitantes interessadas deverão apresentar: **Certidão de Regularidade da Junta Comercial (Certidão Simplificada) da sede da licitante** emitido nos 60 (sessenta) dias, imediatamente anteriores à data prevista do certame, **ou a DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO validada pela Junta Comercial ou ainda Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI para MEI** emitido nos últimos 60 (sessenta) dias, imediatamente anteriores à data prevista para o recebimento dos envelopes contendo “proposta” e “documentação, para comprovação de que a mesma se enquadra na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Micro empreendedor Individual, a fim de estando apta a usufruir do tratamento favorecido do art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006 e alterações, em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “HABILITAÇÃO” junto a documentação de credenciamento.

4.2.1. **A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão ou Declaração da Junta Comercial**.

4.2.2. A Certidão Simplificada ou a Declaração de Enquadramento, assim como o Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual, deverão ser apresentado fora do envelope de proposta e documentação, o qual deverá ser entregue ao(a) Pregoeiro(a) para que a empresa participe de licitação exclusiva prevista na Lei nº123/06.

4.2.3. O credenciamento da licitante como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) somente será procedida pelo Pregoeiro se o interessado comprovar tal situação jurídica através da Certidão Simplificada ou a Declaração de Enquadramento (ME e EPP) e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (MEI).

4.2.4. Toda a responsabilidade referente enquadramento nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 perante os órgãos pertinentes, compete às empresas licitantes, representadas por seu proprietário ou sócios e pelo contador que, inclusive, se sujeitam a todas as cominações legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo, caracteriza crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista neste edital.

4.2.5. A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº123 caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista neste edital.

4.2.6. Os comprovantes de enquadramento das empresas e equiparados, deverão ser apresentados **fora do envelope de proposta** e documentação, devendo ser entregues ao (a) Pregoeiro (a) para que seja usufruído dos benefícios da Lei nº 123/06.

4.3. Não haverá credenciamento no caso de apresentação de Instrumento público de procuração ou instrumento particular sem poderes específicos para formular ofertas e lances de preços, desistir de recurso ou interpô-lo, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, inclusive para ofertar nova proposta, quando for o caso.

4.4. O representante poderá ser substituído por outro devidamente cadastrado;

4.5. É vedado a qualquer participante representar mais de uma empresa licitante, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

4.6. A não apresentação ou a não incorporação do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela mesma.

4.7. Caso a proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, devendo estar ciente que estará renunciando a fase de lance, de negociação e a interposição de recursos.

4.8. A empresa proponente somente poderá se pronunciar por meio de seu representante credenciado e ficará responsável pelas declarações e manifestações do mesmo.

4.9. Será admitido o substabelecimento do credenciamento desde que devidamente justificado e esteja previsto no instrumento de procuração e/ou credenciamento com poderes específicos para o tal ato.

4.10. A ausência do credenciado a qualquer das fases do certame será interpretada como desistência da prática dos atos a serem realizados no referido momento.

**5. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO:**

5.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, **dando início** ao recebimento da **DECLARAÇÃO CONFORME MODELO DOS ANEXOS:**

**Anexo III:** Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação; (Essa Declaração deverá estar fora dos envelopes “I” e “II”)

5.2. Em sendo o caso, a declaração acima (anexo III) poderá ser providenciada e estará à disposição para assinatura dos licitantes por ocasião da abertura da sessão;

5.3. Objetivando-se a celeridade do processo, o valor mínimo de um lance para o outro poderá ser acordado antes do início dos lances entre as licitantes e o Pregoeiro;

5.4. Após o Pregoeiro declarar encerrado o prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro poderá ser recebido;

5.5. Conceder-se-á vistas e rubricas, pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das empresas participantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor e nos envelopes de habilitação remanescentes;

5.6. O Pregoeiro providenciará a devolução dos envelopes “documentos de habilitação” dos licitantes remanescentes, à exceção dos relativos aos 2º e 3º classificados na ordem crescente, que ficarão retidos até assinatura do Contrato pelo licitante vencedor;

5.7. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

**6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE “I”) E JULGAMENTO:**

6.1. A licitante deverá entregar a Proposta no envelope “I”, sem emendas ou rasuras, apresentadas em papel timbrado da própria empresa, datilografada ou impressa, contendo, obrigatoriamente os itens abaixo relacionados:

1. *Número deste Processo Administrativo e do Pregão.*
2. *Razão social da empresa, endereço e CNPJ/MF e, nome e assinatura do representante legal, endereço completo, nº de telefone, e-mail, atualizados para facilitar possíveis contatos.*
3. *Descrição detalhada obrigatória do item cotado na presente licitação, somente uma única marca ou fabricante, características do objeto, procedência e demais dados que a licitante julgar necessário.*
4. *Indicação da quantidade ofertada, o preço unitário e o preço total para o item cotado, em Moeda Corrente Nacional (R$), em algarismo****, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula (R$ 0,00)****, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transporte, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;*
5. *Prazo de Validade da Proposta de no mínimo* ***60 (sessenta) dias****. No caso do prazo de validade ser omitido na proposta, o(a) Pregoeiro(a) considerará que o mesmo será de 60 (sessenta) dias.*
6. *Indicação de Banco Agencia e Conta Corrente; para fins de recebimento dos pagamentos.*
7. ***PRAZO DE EXECUÇÃO - A execução dos serviços deverá obedecer à cronograma/planilha/mapas conforme Anexo XI. Os serviços serão realizados de segunda à sábado, conforme programação e mapas anexo em um período diário de 8 horas de segunda a sexta feira e 4 horas no sábado, totalizando 44 horas semanais. Conforme Termo de Referência – Anexo edital.***
8. *Deverá ser datada e assinada, pelo representante legal da empresa.*
9. ***Indicação do Preposto conforme descriminado no modelo da proposta de preço em atendimento a Lei 8666/93****. A não indicação do preposto na proposta não ensejará na desclassificação da proposta, devendo o representante da empresa vencedora no ato da formulação da ata da reunião informar ao pregoeiro os dados do preposto.*

**PARAGRAFO ÚNICO. Junto à proposta de preço (Anexo I), acompanha a composição de custo por tipos de serviços, a qual deverá ser preenchida, sob pena de desclassificação da licitante que a deixar de preenche - la.**

**6.2. DECLARAÇÃO de que se compromete no prazo de 02 dias úteis contados da data de assinatura da ata, caso consagre-se vencedora, apresentar:**

1. **Planilha de Custo de MÃO DE OBRA TRABALHADOR** de acordo com as categorias, devidamente assinada pelo representante legal da empresa conforme modelo do **Anexo XII**. Caso de o salário de cada trabalhador (encarregado, motorista e colaboradores braçais e etc.) diferirem um do outro, deverá a licitante elaborar planilha individual para cada tipo classe de trabalhador.
2. **Proposta de Preço e Composição de Custos por tipos de serviço (Anexo I)**, **ATUALIZADAS**, conforme valor classificado em favor da licitante vencedora. **DEVERÁ AINDA** a licitante vencedora atentar-se que na atualização dos valores da proposta de preço e composição de custo por tipo de serviço, **aplicar o desconto linear** nos valores unitários de todos os itens da composição de custo.

6.3.  **Demais condições das propostas:**

1. Quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote devem ser cotados;
2. A licitante vencedora deverá sempre que for solicitado, encaminhar a proposta atualizada com valores dos itens do(s) lote(s)/item(s) atualizado(s) proporcionalmente ao lance vencedor;
3. Quando o descritivo do objeto da Proposta de Preços estabelecer mais de uma opção de especificação, a licitante deverá informar em sua proposta, qual objeto estará efetivamente ofertando;
4. Não deve conter cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas;
5. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital;
6. O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável, fica apenas ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face de aumento de preços, devidamente justificado e comprovado;
7. Na divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o unitário;
8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

**6.4**. **SERÃO DESCLASSIFICADAS** as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou estar com a descrição dos serviços estejam em desacordo com a forma solicitada no edital ou ainda apresentarem preços manifestadamente e comprovadamente inexequíveis ou excessivos, **bem como deixar de cumprir o item 6.2.**

**6.5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E EXAME DE CONFORMIDADE:**

1. O(a) Pregoeiro(a) procederá à abertura do Envelope II, contendo a Proposta de Preço que será analisada com vistas a verificar o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos **(EXAME DE CONFORMIDADE)**, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.
2. O (a) Pregoeiro(a) classificará a autora da Proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL** e aquelas que tenham apresentado Propostas em valores sucessivos ou superiores em até 10% (dez por cento), para participarem dos lances verbais;
3. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas nas condições do item acima o pregoeiro classificará todas as melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
4. As licitantes classificadas terão a oportunidade de disputar, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada de maior preço.
5. A licitante que convocada pelo(a) Pregoeiro(a) desistir de apresentar lance verbal, será excluída da etapa de lances verbais, sendo mantido o último preço apresentado por ela, para efeito de ordenação das propostas.
6. Casos não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
7. Quando houver discrepância na apresentação dos valores considerar-se-á:
8. *Entre os valores unitários e os totais resultantes de erros de multiplicação e quantidades por valores unitários prevalecerão os valores unitários e o valor total corrigidos;*
9. *Entre os valores dos subtotais e os totais, resultantes de erros de adição prevalecerão os valores dos subtotais corrigindo o valor total;*
10. *Dos dados ofertados na proposta e nos anexos, prevalecerá os da proposta exceto nos casos em que os anexos forem mais vantajosos para a Administração Pública.*
11. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto definido neste Edital e seus Anexos.
12. O (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor;
13. Será de exclusiva responsabilidade da licitante a redação da proposta, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Contudo, se a licitante for classificada na sessão do Pregão para ofertar lances verbais, poderá fazê-lo na forma e oportunidade previstas neste Edital;
14. A licitante vencedora, após a etapa de lances, deverá assinar a ata constando o valor final negociado.
15. No caso de julgamento pelo menor preço global ou menor preço por lote, no tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão do valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais divergências e/ou erros de somatória/multiplicação, tomando-se como corretos os **preços unitários**. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do correto valor total da proposta.
16. Baseado no Acórdão 1872/2018 TCU, sempre que couber para o julgamento através do critério menor valor global ou por lote, a fim de adequação dos valores unitários da proposta comercial aplicar-se-á no que couber:
17. *Aplicação de desconto percentual linear nos preços unitários da proposta inicial, a critério do licitante, calculado a partir da diferença entre o* ***valor global*** *da* ***proposta vencedora*** *e o* ***valor global*** *da respectiva* ***proposta inicial****,* ***dividida pelo valor global inicial****;*
18. *Readequação não linear dos preços unitários, a critério do licitante, respeitado como* ***limite máximo o valor global final ofertado****,* ***desde que os preços unitários finais sejam menores ou iguais aos preços unitários da proposta inicial****;*

**PARÁGRAFO ÚNICO**: Nas hipóteses das alíneas "a" e "b", fica facultado ao pregoeiro, após a adequação dos valores segundo as regras pertinentes, realizar negociação com o proponente vencedor visando à redução de preços unitários, para qualquer um dos itens individualmente e para fins do disposto nesta clausula, o cálculo do valor global dar-se-á pela somatória dos preços unitários dos itens da proposta, multiplicados por suas respectivas quantidades.

1. No caso de licitação que admita empresas de grande porte e as enquadradas na Lei 123/2006 e suas alterações, entender-se-á por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados sejam **iguais ou até 5%** (cinco por cento) superiores à proposta da empresa de grande porte mais bem classificada;
2. Para efeito do disposto no subitem XIV, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:
3. A licitante Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparados mais bem empatada fictamente, finalizado o lance do item poderá evocar seu direito outorgado pela LC 123/2006 e alterações, e apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
4. A licitante Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparados, melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances e solicitação do(a) Pregoeiro(a), sob pena de preclusão.
5. Não ocorrendo à contratação da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparados, na forma do item “A”, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem XIV, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem XIV, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
7. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
8. Os dispostos estabelecidos no subitem XIV e complementos somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparados;

6.6. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e o(s) licitante(s) presente(s).

6.7. **Quando todas as propostas das licitantes forem desclassificadas**, o(a) Pregoeiro(a) poderá fixar para a(s) licitante(s) o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas escoimadas das causas referidas no §3º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**7. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE “II”):**

**7.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

7.1.1. É condição básica para a fase de habilitação, que a licitante apresente, em um envelope, cópias autenticadas, em cartório, dos documentos abaixo relacionados, em uma via ou, se preferir, cópias acompanhadas do original que poderão ser autenticadas pelo (a) Pregoeiro (a) ou membros do Grupo de Apoio:

**7.2. A COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA CONSISTIRÁ NA APRESENTAÇÃO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS:**

1. **Registro comercial** no caso de Empresa Individual;
2. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial;
3. **Inscrição do ato constitutivo e alterações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício no caso de Sociedade por Ações;
4. **Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas**, **acompanhada de prova da diretoria em exercício** no caso de Sociedade Civil;
5. **Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento**, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil; **Estatuto Social** em vigência no caso de Cooperativas;
6. **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual** – CCMEI para MEI.

7.2.1 A Certidão Simplificada, a Declaração de Enquadramento e o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI e a **COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação"**, caso tenham sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

**7.3. DA PROVA DE INSCRIÇÃO NOS CADASTROS: NACIONAL (CNPJ) E ESTADUAL OU MUNICIPAL:**

1. **Prova de inscrição** no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);
2. **Prova de inscrição** no **Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

**7.4. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

**7.4.1. COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL CONSISTIRÁ NA APRESENTAÇÃO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS:**

* 1. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei;
  2. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei;
  3. Prova de regularidade com a **Fazenda Federal e a Seguridade Social – CND (INSS),** mediante a certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  4. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do **FGTS**;
     1. **DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE TRABALHISTA.**

1. A comprovação relativa à **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)** ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho na forma da Lei Federal 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011; http://www.tst.jus.br/certidao.
   1. **DA HABILITAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA E TÉCNICA.**
2. **Apresentação da Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação.
3. Caso a licitante tenha estado em regime de Concordata ou Recuperação Judicial, deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, prova de resolução judicial do processo, emitida há menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para entrega da proposta, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.
4. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis, registrados e apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03(três) meses da data de apresentação da proposta.
5. As empresas com menos de 1(um) ano de exercício social de existência devem cumprir a exigência contida no inciso A, mediante a apresentação do balanço ou do último balanço patrimonial levantado.
6. Somente serão válidos o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício financeiro do ano anterior das sociedades anônimas e demais sociedades empresarias.
7. Poderão ser exigidos das empresas para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.
8. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar balanço e demonstração contábil do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente autenticado pelo órgão que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3(três) meses da data da apresentação da proposta.
9. **Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de capacidade técnica** emitido por pessoas de direito público ou privado em nome do profissional responsável técnico pela empresa devidamente acervado junto ao órgão competente onde conste que o mesmo executou os serviços de varrição de no mínimo 126.000m2 ou 157.000 m linear que equivale a 50% da varrição anual conforme planilha.
10. **Apresentar Certidão de Registro em vigência da empresa junto ao CREA-MS** e em caso de a licitante não ser sediada no estado de MS, deverá acompanhar o referido registro **declaração** de que se compromete em efetuar o registro/visto da empresa junto ao CREA de MS caso se consagre vencedora.
11. **Apresentar de Certidão de Registro em vigência do profissional técnico** responsável pela empresa, junto ao CREA. A empresa deverá apresentar como responsáveis técnicos, para execução dos serviços, **no mínimo (01)** um dos seguintes profissionais: **Profissionais de engenharia ex. (Engenheiro civil ou Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Sanitarista, ou Engenheiro Agrônomo Ou Engenheiro de Segurança de Trabalho conforme matriz de competência da Lei 12.305/2010).**

d1) *A Comprovação de vínculo do(s) profissional (is) Técnico (s) de Nível Superior (Engenheiro) poderá ser realizada através da apresentação de um dos seguintes documentos:*

*1.* ***Trabalhista:*** *através da apresentação de cópia autenticada da “Ficha de Registro de Empregado” registrada na DRT ou de anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; ou*

*2.* ***Contratual:*** *através da apresentação de cópia autenticada do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o profissional e a empresa proponente até a data da apresentação da documentação, juntamente com a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA, com prazo de vigência válido, no qual conste a inscrição do profissional, citado no referido Instrumento Particular, como responsável técnico da licitante; ou*

*3.* ***Societário:*** *através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor devidamente registrado na Junta Comercial.*

* 1. **DAS DECLARAÇÕES:**

1. **APRESENTAR: DECLARAÇÃO** da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no art. 7º da CF – ou seja, de que **não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas**, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz. Sugere-se o **modelo** apresentado **(ANEXO IV)**, em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. Identificar quem assinou.
2. **APRESENTAR: DECLARAÇÃO** da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando, sob as penas da Lei, de que **conhece e Aceita o teor completo do Edital**, ressalvando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação. Sugerimos o **modelo** apresentado **(ANEXO V)**, em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. Identificar quem assinou.
3. **APRESENTAR: DECLARAÇÃO** da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando para os devidos fins, sob as penalidades cabíveis, de **não haver Fatos impeditivos** quanto a nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. Sugere-se o **modelo** apresentado **(ANEXO VI)**, em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. Identificar quem assinou.
4. **APRESENTAR: DECLARAÇÃO** que em caso de ser o vencedor do certame, a empresa providenciara a contratação dos funcionários e em até 05 dias úteis após a assinatura do contrato apresentara a comprovação dos registros dos colaboradores nas quantidades mínimas exigidas acima. Devendo ainda ser apresentado à apólice de seguro de vida de todos os colaboradores.
5. **APRESENTAR DECLARAÇÃO** emitida pela licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando que:
6. *Que se responsabiliza pelo transporte e descarte adequado dos materiais/resíduos recolhidos como (terra, areia, folhas, pequenos galhos, papeis, plásticos, etc.), serão de sua responsabilidade, encaminhados para local apropriado de no Máximo 10 Km de distância da sede do município, a ser indicado pelo Município quando da ordem de serviço. O descarte em local não indicado pelo município, ensejara em penalidades e demais cominações legais;*
7. *Que todos os funcionários da empresa estarão devidamente uniformizados com identificação da empresa;*
8. *Que se responsabiliza quanto ao fornecimento dos materiais, ferramentas, equipamentos, veículos, implementos, máquinas e EPI’s específicos, e demais equipamentos de proteção individual necessário para a execução dos serviços, conforme previsto a norma do Ministério do Trabalho;*
9. *Que caso seja vencedora irá providenciar garagem ou pátio adequado para o estacionamento dos veículos/maquinário da empresa, escritório administrativo e instalações para atendimento adequado de seu pessoal de trabalho;*
10. *Que caso ocorra alguma impossibilidade de execução dos serviços (Intempérie, Feriados não trabalhados, chuvas no horário de trabalho, etc.), os serviços alocados para o setor e o dia em questão, deverão ser realizados no prazo máximo de até 02 (dois) dias subsequentes ou de acordo com as orientações da secretaria solicitante.*
11. O licitante deverá realizar visita técnica (TCU, Acórdão nº244/2003 – Plenário. Min. Rel. Ubiratan Aguiar, DOU de 28.03.2003 e TCU, Acórdão nº 4.968/2011, 2ª Câmara, Min. Rel. Raimundo Carreiro, DOU de 18.07.2011, acordão 1737/2021 - Plenário) na localidade para determinar com maior precisão os serviços, bem como verificar os requisitos necessários para elaboração da proposta. As visitas deverão ser realizada no dia 27/12/2021 no horário das 09 h (Br) as 17 h (br) na secretaria de Obras e Infraestrutura com deslocamento para os locais que serão realizados os serviços do objeto em epigrafe.

g) Tendo em vista a obrigatoriedade de realização da “Visita Técnica”, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão.

g.1. A secretaria de Obras emitirá um Atestado de Visita Técnica, conforme modelo Anexo XIII do Edital, a ser entregue ao representante legal do licitante.

g.2. O licitante deverá apresentar o atestado de visita técnica fornecido pela CONTRATANTE comprovando que o mesmo visitou os locais e instalações descritos na Planilha de Planejamento (Termo de Referência), e que se certificou da natureza dos serviços objeto desta contratação.

g.3. As despesas decorrentes da referida visita técnica correrão por conta do licitante. A Prefeitura não fornecerá apoio logístico em decorrência do momento pandêmico (covid-19) aos PROPONENTES no decorrer da visita ao local de prestação de serviços acima definido (Área urbana Serviria, bairro da Véstia, assentamentos São Joaquim, Canoas e Alecrim), que deverá correr as suas expensas e transporte. (OBRIGATÓRIO USO DE MASCARAS);

g.5. O atestado de visita técnica é documento obrigatório e deverá ser apresentado junto com proposta.

g.6. Não será considerada pela Prefeitura qualquer reclamação ou reinvindicação por parte da CONTRATADA alegando desconhecimento dos locais e dos serviços a serem executados.

g.7. Para realizar as visitas técnicas nos locais indicados do Termo de Referência, os Licitantes deverão entrar em contato com o colaborador responsável pela secretaria de Obras e Infraestrutura do município pelo telefone (67) 3579-1482.

g.8. Justificativa da visita técnica: A visita técnica é necessária devido às peculiaridades de cada local no que diz respeito a vegetação, logística e relevo. Justificamos a visita tendo em vista, a extensão territorial do município e que nos locais possui vários órgãos administrativos como: ESF, Escola, creche, e outros localizados na área rural, afastado aproximadamente 100 km da sede municipal, estradas vicinais sem pavimentação. É obrigatória para evitar futuras alegações de desconhecimento das dificuldades de execução dos serviços, por parte das contratadas. Com a finalidade de conferir sua própria capacidade técnica para a execução dos serviços, e de formular sua proposta de preço com base na realidade da contratação, pois, através da visita, o licitante tem a oportunidade de extrair detalhes do local. Tem como objetivo principal, evitar que haja, tanto para o licitante como para a Administração Pública, prejuízos de natureza econômica (com formulação de propostas imprecisas), e/ou técnica (durante a execução do contrato) evitando que a Administração se exponha ao risco de receber propostas inaptas, sem a compreensão de todos os elementos técnicos e financeiros que a efetiva execução do objeto demanda.

**8 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:**

8.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas **certidões apresentadas**, o(a) Pregoeiro(a) aceitará como válidas as expedidas até **60 (sessenta) dias** a contar da data de sua emissão.

8.2. Não será aceita documentação remetida via fac-símile.

8.3. Quando a licitante apresentar certidão extraída por meio da internet, que não seja original, o (a) Pregoeiro (a) efetuará a consulta no site correspondente, para a verificação da sua autenticidade.

8.4. No caso de alguma restrição na comprovação da **REGULARIDADE FISCAL**, as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e o Micro empreendedor Individual terão prazo adicional de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período (a pedido da empresa interessada) da decisão do (a) Pregoeiro (a) que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (LC 147/2014).

8.5. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e o Micro empreendedor Individual, mesmo que contenham alguma restrição documental **FISCAL**, **deverão apresentar todos os documentos exigidos no Edital**;

8.6. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e o Micro empreendedor Individual que desatenderem a Qualificação Técnica da Habilitação estarão *ipso facto* inabilitados.

8.7. A Não Regularização da Documentação, no prazo previsto acima, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao (a) Pregoeiro (a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

8.8. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, o(a) Pregoeiro(a) poderá fixar para a(s) licitante(s) o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação escoimadas das causas referidas no §3º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

8.9. A tentativa de fraude ao certame, o autor da conduta fraudulenta estará sujeito à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo de multas previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

**9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS:**

9.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste **EDITAL**, a interessada (qualquer pessoa física ou jurídica) que não o fizer até o **2º (segundo) dia útil** que anteceder a data fixada para abertura da sessão de processamento deste **PREGÃO**, ou aquela Licitante que tenha aceitado suas condições sem objeção, venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso administrativo.

9.1.1. A impugnação ao **EDITAL** deverá ser dirigida ao (a) **Pregoeiro (a),** ao qual caberá, com auxílio do setor solicitante, a análise e decisão de qualquer ato impugnativo, devendo pronunciá-la no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.2. Acolhida petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização deste certame, exceto quando, inquestionavelmente, a impugnação não afetar a formulação das propostas;

9.2. Ao final da sessão, depois de declarada a **LICITANTE VENCEDORA**, qualquer Proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando, então, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** conforme Decreto Municipal 2390/2006 para preferencialmente **PROTOCOLAR** no paço municipal as **razões recursais escritas**, **prazo esse contado a partir da assinatura da Ata do certame e/ou publicação do resultado havendo empresas participantes apenas com envelopes protocolados,** ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

9.2.1. Não serão admitidos recursos, nem concedido prazos, sobre assuntos meramente protelatórios ou já decididos em impugnação ao Instrumento Convocatório.

9.2.2. Acolhidas às razões recursais pelo (a) **Pregoeiro (a)**, este (a) retomará a sessão do **PREGÃO** para a reformulação do ato combatido e daqueles subsequentes.

9.2.3. Se das razões recursais não resultar retratação da decisão, o (a) **Pregoeiro (a)** encaminhará o recurso devidamente informado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, que proferirá decisão final e adjudicará o objeto do certame a **LICITANTE VENCEDORA**.

9.2.4. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.2.5. A falta de manifestação imediata e motivada da Proponente importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação da licitação pelo (a) **Pregoeiro (a)** a **LICITANTE VENCEDORA**.

9.3. A impugnação ou o recurso deverá ser protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura**,** e deverão observar os seguintes requisitos:

9.3.1. Serem datilografados ou impressos por qualquer processo eletrônico e devidamente fundamentados;

9.3.2. Serem assinados por representante legal da impugnante ou da recorrente ou por procurador devidamente habilitado, acompanhados de cópia autenticada do Contrato Social, e no caso de procurador, também do Instrumento de Procuração devidamente autenticado.

**9.3.3. SERÃO ACEITOS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS INTERPOSTOS ATRAVÉS DE OUTRO MEIO ELETRÔNICO, PREFERENCIALMENTE ATRAVES DO E-MAIL** [**licitaçãoselviria@hotmail**](mailto:licitaçãoselviria@hotmail)**.com.br.**

9.4. A homologação do resultado desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

9.5. Os autos deste processo administrativo ficarão com vista franqueada as interessadas na Sala de Comissão Permanente de Licitações, no horário compreendido das **8:00h as 12:00h** e das **14 h às 17 h** (horário de Brasília - DF), conforme endereço constante no preâmbulo deste **EDITAL.**

**10. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

* 1. Os serviços serão executados pelo prestador conforme determinação da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que indicará o local onde o mesmo será realizado.
  2. Os serviços serão fiscalizados por servidor designado pelo secretário da pasta e/ou por servidor por ele designado bem como avaliará se eles estão de acordo com o que fora solicitado. Não estando o serviço de acordo será em primeiro momento efetuado a comunicação verbal ao encarregado da empresa para que faça as devidas correções. Caso a primeira comunicação não seja atendida a CONTRATANTE efetuara a comunicação por escrito dando prazo de ***2 horas*** para que os mesmos sejam corrigidos.
  3. O não cumprimento dos serviços determinados ocasionará penalidades cabíveis.
  4. A Solicitação de serviço será realizada pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

**11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

11.1. O pagamento será parcelado de acordo com o fornecimento, efetuado, no prazo de até **30 (trinta) dias** mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, em conformidade com a legislação vigente, ou seja, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica.

11.2. Mensalmente será emitido pela CONTRATADA e apresentado juntamente com a Nota Fiscal relatório de medição demonstrando o cumprimento dos locais onde eles foram executados com as respectivas quantidades, o mesmo deve ser assinado pelo secretário municipal, pela empresa contratada e pelo fiscal de contrato.

11.3. A futura contratada deverá, manter a regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira.

11.4. Demais condições constam no Anexo da Minuta de Contrato e/ou do Termo de referência.

**12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

12.1. A presente despesa orçamentária para sua efetivação ocorrerá na Dotação Orçamentária abaixo informada ou naquela(s) dotação (ões) que vierem substituí-la no exercício posterior.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura:

020208 – 15.452.0028.2261.0000 – Manunt e Oper dos serviços urbanos

**13. DA CONTRATAÇÃO:**

13.1. Homologada a licitação, o Município de Selvíria - MS convocará as licitantes vencedoras para assinatura do contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

13.2. O prazo estipulado no subitem 13.1. Poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela PROPONENTE vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município de Selvíria - MS;

13.3. A proponente que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa do atendimento das condições de habilitação ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e das demais cominações legais.

13.4. O descumprimento dos prazos ou das especificações exigidas ensejará aplicação, a inadimplente, de multa, garantida defesa prévia, ou ainda em desacordo com as especificações conforme sansões do item 15 do presente edital.

13.5. Além da multa, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no art. 7°, da Lei Federal n° 10.520/02, utilizando-se critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

13.6. O Município de Selvíria - MS poderá efetuar a retenção de qualquer pagamento que for devido, para compensação das multas aplicadas.

13.7. O (A) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio poderão propor à Administração Pública a revogação ou anulação desta licitação, sem que, disso decorra para as licitantes qualquer direito à indenização, compensação ou reclamação.

13.8. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação o direito de promover as diligências porventura necessárias para complementar à instrução do processo, conforme faculdade prevista no § 3°, do Art. 43, da Lei n° 8.666/93.

**14. DO PRAZO DE CONTRATO:**

10.3 O prazo do contrato será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto na Lei federal 8.666/93.

**15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

15.1. Pela inexecução total ou parcial do **CONTRATO**, bem como pelo atraso no cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**, o Município poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

15.1.1. Advertência escrita, a qual consistirá na comunicação formal aos responsáveis por infrações de menor gravidade, podendo ser fixado prazo para a adoção de medidas corretivas;

15.1.2. Multa, consistente em sanção pecuniária, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº. 4.741/2018:

15.1.2.1. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

15.1.2.2. Multa moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

15.1.2.3. Multa por inexecução de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta vencedora ou sobre o valor da contratação, em caso de (i) recusa injustificada em assinar ou aceitar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, ou (ii) descumprimento de cláusula contratual, à exceção da que estabeleça prazo para entrega do objeto ou de parcela deste, cuja inobservância sujeitará a **CONTRATADA** à sanção moratória.

15.1.3. Impedimento para participar de licitação e assinar contratos com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, bem como descredenciamento do sistema de cadastro do Município por igual prazo;

15.1.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação e assinar contratos com a Administração Pública – isto é, Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por prazo não superior a 02 (dois) anos ou até que o contratado cumpra as condições de reabilitação.

15.2. Aplica-se ao presente contrato o disposto no Decreto Municipal nº. 4.741/2018, que dispõe sobre a aplicação das sanções em processo licitatório, devendo ser observado todos os procedimentos estabelecidos no referido diploma legal.

**16. DAS ATRIBUIÇÕES DO (A) PREGOEIRO (A):**

16.1. São atribuições do (a) **Pregoeiro (a)**: Conceder prazo de tolerância para o recebimento do credenciamento, da declaração e dos envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, nunca superior a **10 (dez) minutos** a partir da hora marcada de início da sessão, sendo que, findo o prazo, as licitantes retardatárias ficarão limitadas à participação como ouvintes.

16.1.1. A tolerância acima não impede o início do credenciamento junto às licitantes presentes.

16.1.2. Será considerada encerrada a tolerância acima, com o término do credenciamento da totalidade das licitantes presentes ou com o decurso do prazo de **10 (dez) minutos**, o que vier a ocorrer primeiro.

16.2. Considerar os erros de transcrição e as informações incompletas dos envelopes e documentos apresentados fora dos envelopes, ou ainda, a inversão dos conteúdos dos envelopes como erros formais, desde que não causem dúvidas ou não atrapalhem o andamento do processo.

16.3. Desconsiderar item que por qualquer motivo (inclusive por pedido da Requisitante) tiver que ser retirado, mantendo a licitação em relação aos demais itens.

16.4. Desconsiderar erros meramente formais, desde que não resultem na necessidade de acostamento de novo documento, tanto na fase de análise das propostas de preços, como na de habilitação.

16.5. Solicitar ao representante legal do interessado a complementação das informações, quanto ao telefone ou fax, dados bancários, assinaturas, datas, rubricas, dados do representante legal ou quanto à marca e/ou modelo (quanto pertinentes), nos casos em que não tenham sido informados em sua proposta de preços.

16.6. Corrigir automaticamente qualquer erro de soma e/ou multiplicação que for detectado na apresentação da proposta de preço, assim como na falta do CNPJ e/ou endereço completo da licitante, preenchendo os dados através dos documentos apresentados dentro do respectivo envelope.

16.7. Estabelecer o número máximo de rodadas de lances, fixar o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar às licitantes quando decidir pela última rodada de lances, que poderá, inclusive, ocorrer antes do exaurimento do tempo máximo anteriormente estipulado.

16.8. Estabelecer o valor mínimo entre os lances, a qualquer tempo, objetivando a otimização da etapa de lances.

16.9. Durante a etapa de lances verbais, negociar diretamente com a licitante, para que seja obtido preço melhor.

16.10. Suspender a reunião quando julgar necessário.

16.11. Transferir a data de abertura dos envelopes de Proposta e Habilitação, por conveniência da Administração Municipal.

16.12. Atuar dentro das demais atribuições permitidas pela legislação vigente.

16.13. Praticar todos os demais atos inerentes, previstos nos dispositivos legais aplicáveis a esta modalidade licitatória.

16.14. Conforme decreto municipal o(s) Pregoeiro(s) nomeado(s) é (são): Juliano Barbosa Dolores acompanhado(s) da equipe de apoio.

**17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

17.1. O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, poderá revogar o presente **PREGÃO** por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observado o disposto na Lei Federal nº 8666/93.

17.2. Qualquer modificação no presente **EDITAL** será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

17.3. O (A) Pregoeiro(a) prestará às empresas interessadas, quaisquer esclarecimentos relativos a presente licitação, desde que feitos por escrito sendo apresentados no paço da **Prefeitura Municipal de Selvíria - MS - Núcleo de Licitações, à** Avenida João Selvirio de Souza, 997**, nesta cidade de** Selvíria – MS no horário de expediente das 8:00h as 12:00h e das 14 h às 17 h (BR) ou através do e-mail: [licitacaoselviria@hotmail.com.br](mailto:licitacaoselviria@hotmail.com.br).

17.4. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro (a) com assessoramento da Equipe de Apoio com base na legislação vigente, aplicando-se subsidiariamente as disposições contidas na Lei Federal n° 8.666/93.

17.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**18. DO FORO:**

18.1. Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução desta licitação serão dirimidas no Foro de Justiça da Comarca de Selvíria - MS, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**19. DOS ANEXOS DO EDITAL:**

Anexo I – Modelo de Proposta;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento;

Anexo IV – Modelo de Declaração do menor;

Anexo V – Modelo de aceite do teor do Edital;

Anexo VI – Modelo de Declaração de isenção de Fatos impeditivos;

Anexo VII – Minuta contratual

Anexo VIII – Estudo Técnico Preliminar

Anexo IX – Justificativas

Anexo X – Modelo de Recibo de Retirada do Edital.

Anexo XI – Mapas/Planilha-Cronograma

Anexo XII – Planilha Custo Mão de Obra de Colaboradores

Anexo XIII – Modelo de Atestado de visita Técnica;

Selvíria - MS, **14 de dezembro de 2021**.

**JOSE FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANEXO I**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PROPOSTA DE PREÇOS** | **MODALIDADE**  **PREGÃO Nº 32/2021** | **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2021** | **TIPO:**  **MENOR PREÇO GLOBAL** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| PROPONENTE: | | |
| CNPJ: | | |
| Endereço: | | |
| Cidade: | | Estado: |
| Telefone: | E-mail: | |
| Dados Bancários da Empresa: | | |
| Preposto / Nome: | | |
| CPF: | | |
| Cargo: | | |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QTDE. | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
| **1** | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECISLIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, LIMPEZA E RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS, COM A LIMPEZA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SELVÍRIA – MS. | *SERVIÇO/* *MESES* | *12* |  |  |
| **TOTAL** | | | | **R$** | |

I – DA VALIDADE DA PROPOSTA: ...................... DIAS. (MÍNIMO 60 DIAS)

II – Forma de execução. Os serviços serão realizados de segunda à sábado, conforme programação e mapas anexo em um período diário de 8 horas de segunda a sexta feira e 4 horas no sábado, totalizando 44 horas semanais.

|  |  |
| --- | --- |
| Declaramos expressamente que no valor ofertado, bem como nos preços ofertados estão inclusos todos encargos trabalhistas, os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação*.* Declaramos aceitar as condições expressas no Edital em anexo, e nas Leis n° 10.520/02, 123/06 e 8.666/93, com as atualizações que lhe foram introduzidas.  Local e data.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Carimbo e assinatura do  representante legal da Empresa. | NÚMERO DO CNPJ/MF DA EMPRESA |

**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

Texto

Descrição gerada automaticamente

**TERMO DE REFERÊNCIA**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA E COLETA DE ENTULHOS

PERÍODO: 12 MESES

NOVEMBRO/ 2021

**ÍNDICE**

**1. Apresentação**

**2. Mapa de Situação (Abrangência do Projeto)**

**3. Estudos e Projeto Básico**

3.1 COLETA ENTULHO

3.2 VARRIÇÃO.

3.3 PINTURA DE MEIO-FIO.

3.4 CORTE, PODA DE ARVORE E GALHOS.

3.5 CAPINAÇÃO E COLETA DE GRAMA.

3.6 LIMPEZA DE BUEIRO.

**4. Especificações**

4.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**5. Orçamento**

5.1 ORÇAMENTO BÁSICO

**6. Cronograma**

**7. Referências**

**1. APRESENTAÇÃO**

**1.1 Município**

O município de está situado no sul da região Centro-Oeste do Brasil, no Leste de Mato Grosso do Sul (Microrregião de Paranaíba). Localiza-se a uma latitude 20º22'02" sul e a uma longitude 51º25'08" oeste. Distâncias:

410 km de Campo Grande(MS), capital estadual.

798 km de Brasília, capital federal.

690 km de São Paulo, metrópole nacional (São Paulo)

76 km de Três Lagoas(MS)

12 km de Ilha Solteira(SP)

54 km de Aparecida do Taboado(MS)

110 km de Inocência(MS)

102 km de Paranaíba(MS)

Extensão territorial de 3 258,653 km², com uma população de 6 303 habitantes, segundo contagem de 2014 do IBGE

**2. MAPA DE SITUAÇÃO**

**2.1 Área de Abrangência do Projeto**

Uma imagem contendo edifício

Descrição gerada automaticamente

A área acima é a zona urbana do Município, compreendendo conforme croqui abaixo.

**3. ESTUDOS E PROJETO BÁSICO**

**3.1 Coleta entulho.**

**3. 1.1 Objetivo**

O Estudo da prestação de serviço de coleta de entulho foi desenvolvido, através do número de habitantes pela quantidade de lixo perca pita do município que serão beneficiadas com a frequência de coleta necessária em cada rua.

**3. 1. 2 Dados**

Os dados para o Estudo da Coleta serão :

- 6 303 habitantes;

- 0,75 Kg / hab / dia;

- 5 dias na semana;

- 30,00 Km de vias

**3.1.3 Dados e Cálculo do nº de Gari para coleta de entulho**

Segundo o Manual de Gerenciamento Integrado de Lixo Municipal – IBAMA

- Rendimento de coleta: 0,75 kg/ hab / dia;

- Peso específico do resíduo sólidos: 250,00 kg/m³;

- Número de habitantes: 6.303;

- Volume Resíduos Diários: **4.727,25 Kg**

- 6623 habitantes x 0,75 kg/ hab / dia = **4.727,25 kg**

- Conversão de Peso (kg) em Volume (m³):

Volume Diário = 4.727,25 kg / 250,00 kg/m³ = **18,91 m³/dia**

Volume Mensal = 18,91 kg x 20 dias = **378,20 m³/mês**

- Cálculo de viagens da equipe de coleta:

Capacidade do caminhão = 6,00 m³

Quantidade de Caminhões = 1 veículos

Quantidade de viagens por dia = 18,91 m³ / 6,00 m³ / 1 veículos= **4,00 viagem/dia**

Período de coleta = 20 dias de 8h (SEGUNDA A SEXTA) = **160 h**/mês / veiculo – ( 160,00 h / mês)

**3. 1. 4 Metodologia**

A remoção dos entulhos será realizada por 3 garis. Adotaremos neste projeto uma equipe composta de: 01 (um) caminhão, com 01 (um) motorista e 01 (um) encarregado ou supervisor de turma.

**3.1.5 Composição de preços de Serviços de Gari de coleta de entulho.**

Composição de Preço Unitário de Serviços de Gari de coleta entulho, considerando uma equipe composta de 01 (um) caminhão de 6 m³, 03 (tres) garis de coleta, 01 (um) motoristas e 01 (um) encarregado ou supervisor de turma.

1. **DESPESAS FUNCIONÁRIOS:**



1. **DESPESAS EPIS:**



1. **DESPESAS FERRAMENTAS:**



1. **DESPESAS EQUIPAMENTOS:**



1. **TOTAL DE DESPESAS:**



1. **CUSTO UNITÁRIO POR M3 DE ENTULHO:**



**3.2 Varrição**

**3.2.1 Definição**

Entende-se por varrição a retirada de areia, folhas carregadas pelo vento, pontas de cigarro e demais resíduos acumulados nas vias públicas.

Esse serviço pode ser realizado manualmente com garis varredores ou mecanicamente por meio de varredeira mecânica.

Um dado importante acerca desse serviço é a produtividade de varrição. A velocidade de trabalho da varredeira mecânica é de 3 a 5 km/h, com média de 30 km/dia, conforme Cartilha de Limpeza Urbana do IBAM15.

Comparativamente, segundo várias literaturas especializadas, um varredor tem rendimento entre 2 e 4 km/dia.

Um fator que muito influência a limpeza de uma cidade é o grau de educação sanitária da população. Todos deveriam estar conscientes que mais importante que limpar é não sujar! O próprio Poder Público pode dar o exemplo plantando nas ruas árvores que não percam muitas folhas em certas estações, instalando caixas coletoras bem visíveis por toda parte. Com medidas do gênero, a Prefeitura verá diminuído o seu próprio trabalho.

As maneiras de varrer dependerão dos utensílios e equipamentos auxiliares usados pelos trabalhadores. Em um País onde a mão-de-obra é abundante e considerando a presente situação do município, onde é preciso gerar empregos e renda à população, convém adotar que a maioria das operações seja manual, desta forma, será o método utilizado neste trabalho.

Nos logradouros, a maior parte dos detritos é encontrada nas sarjetas (até cerca de 60 cm do meio-fio), devido ao deslocamento de ar causado pelos veículos, que "empurra" o lixo para o meio-fio.

Não há sujeira nas pistas de rolamento, exceto se praticamente não houver tráfego de veículos neste logradouro.

Além disso, as chuvas se encarregam de levar os detritos para junto do meio-fio, na direção dos ralos, devido à forma abaulada da seção transversal do leito das ruas. A sarjeta é, na realidade, uma "calha", projetada para conduzir as águas pluviais.

É hábito no Brasil que a limpeza das calçadas fique por conta dos moradores. O costume é excelente e deve ser incentivado podendo, inclusive, constar do Código de Posturas ou outra legislação pertinente.

Automóveis estacionados é a dor de cabeça do limpador da rua. Quanto maior a cidade maior o problema.

Não existem soluções definitivas, mas algumas sugestões para tentar amenizar o problema posso citar: estabelecer estacionamentos alternados, cada dia os veículos só poderão estacionar em um dos lados da via pública, enquanto isso o lado vazio é limpo, exigir um afastamento mínimo entre o veículo e o meio-fio, solução que só se aplica a ruas largas e providenciar varrições noturnas, complementares às que se fazem durante o dia, comportamento recomendável para áreas comerciais, o que, entretanto, acarreta maiores custos de mão-de-obra.

Isto tudo na teoria, porém, infelizmente o nosso município, ainda carece de infraestrutura urbana, existem muitos logradouros não pavimentados, ruas com seções transversais não devidamente abauladas, sistemas de drenagem ainda bastantes ineficientes, ou mesmo inexistentes em várias localidades, sistemas de coleta e tratamento de esgoto da mesma forma, até mesmo passeios públicos (calçadas) indefinidos e irregulares por falta de fiscalização do próprio Poder Público no passado.

Tais fatos reforçam ainda mais a necessidade de limpeza pública com a maioria das operações de forma manual com um maior efetivo de mão de obra.

No futuro, quero crer próximo, com a execução das obras de infraestrutura urbana, esta necessidade extrema de mão-de-obra, tenderá a diminuir e a Prefeitura verá diminuído o seu próprio trabalho.

**Equipamentos auxiliares de remoção**

***Carrinho de ferro com rodas de pneus***

 Consiste em uma estrutura metálica montada sobre rodas de borracha, suportando recipientes para armazenar o lixo varrido. É indicado para as áreas urbanas mais movimentadas. Os tipos mais conhecidos no Brasil são o “*lutocar”* e o “*prefeitura”*, que podem ser guarnecidos com sacos plásticos. Uma outra opção é o carrinho feito com estrutura tubular que permita a fixação de sacos plásticos. Estes, quando cheios, seriam fechados, retirados da armação, colocados na calçada e substituídos por outros vazios. Este equipamento será o adotado em neste projeto.

***Carrinho de mão convencional***

Só deve ser usado quando as soluções anteriores forem impossíveis. Sua capacidade e seu formato não são adequados. Vira com facilidade, esparrama o lixo, permite que o vento o carregue. É bem verdade que já existem alguns carrinhos fabricados especialmente para limpeza urbana que atenuam essas desvantagens.

***Saco de lixo***

Os sacos de lixo terão a capacidade de 100 litros na cor preta. Segundo a apostila “Limpeza Pública” do Professor Fernando Antonio Wolmer , o consumo de sacos de lixo é de 6 a 10 unidades de 100l por varredor/dia.

**2.1.2 Execução**

O Estudo da Varrição foi desenvolvido, objetivando o levantamento das dimensões das áreas a serem abrangidas, que dispõem de ruas pavimentadas e/ou com número de habitações relevantes, que serão beneficiadas com o serviço de varrição e a frequência semanal necessária em cada área.

**2.1.3 Dimensionamento**

Os dados para o estudo da Varrição e demais serviços, foram obtidos através das informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Obras, conforme quadro abaixo:

A partir da quilometragem de sarjetas a ser varrida fornecida pela Administração, calcula-se o número necessário de varredores e/ou varredeiras.

- 35,0 Km de vias

- adotou-se a largura de varrição de 30 cm de cada lado

- área vias= 35.000,00 x 0,60 = 21.000,00m2

= = 10,5

Sendo:

N – quantidade de varredores e/ou varredeiras

f – frequência ( vezes no mês)

d – quilometragem mensal de sarjeta a ser varrida (km)

r – produtividade por varredor/varredeira (km de sarjeta/dia/varredor)

A literatura informa que o rendimento médio de um varredor está entre 2 e 4 km de sarjeta/dia. Levando em consideração os estudos de caso encontrados, adotaremos uma média de 3 km de sarjeta/dia/varredor.

Caso o município indique ter uma situação que requeira ajuste, essa média poderá ser revista. Nos casos em que são utilizadas varredeiras mecânicas, adotar rendimento de 35 km de sarjeta/dia.

Obs.: Os 25,25 dias correspondem a serviço realizado de segunda a sábado (365 dias – 52 domingos – 10 feriados, dividido por 12 meses).

**Número de lutocares**

O número de lutocares é definido de acordo com o número de equipes de varrição, sendo 1 lutocar por equipe. Conforme já mencionado, cada equipe pode variar de 2 a 3 varredores, segundo estabelecido no edital.

**Quantidade de fiscais (supervisores)**

Caso haja previsão editalícia, considerar este item na composição de custos. A apostila “Limpeza Pública” do Professor Fernando Antonio Wolmer12 define que deve ser considerado 1 fiscal para cada grupo de 20 varredores.

***Determinação do nível de serviço***

A frequência com que será efetuada a varrição definirá o nível de serviço. Neste particular, há dois tipos de varredura:

- normal ou corrida;

- de conservação.

A varrição normal pode ser executada diariamente, duas ou três vezes por semana, ou em intervalos maiores.

Tudo irá depender da mão-de-obra existente, da disponibilidade de equipamentos e das características do logradouro, ou seja, da sua importância para a cidade.

Em muitas situações, é difícil manter a rua limpa pelo tempo suficiente para que a população possa percebê-lo e julgar o serviço satisfatório. Neste caso, os garis terão de efetuar tantas varrições (repasses) quantas sejam exigidas para que o logradouro se mantenha limpo. Este tipo de varredura, chamada de conservação, é uma atividade em geral implantada nos locais com grande circulação de pedestres: áreas centrais das cidades, setores de comércio mais intenso, pontos turísticos, etc.

Obs: No Plano de Varrição diário, excluem-se os dias de Domingo, respeitando-se a jornada de trabalho expressa na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI, SINDUSCON e de acordo com a CONVENÇÃO COLETIVA 2021 – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSEIO E CONSERVAÇÃO STEAC/MS, exceto caso seja necessário em ocasiões especiais, como eventos especiais. Nestas ocasiões, caso seja realmente necessário, deverá ser devidamente solicitada pelo FISCAL do contrato.

**2.1.4 Composição de preços**

Composição de Preço Unitário da Varrição de Vias Urbanas

**A - CUSTO DE MÃO-DE-OBRA**



**B – CUSTO DE UNIFORMES / E.P.I’S / E.P.**



**C – CUSTO DE FERRAMENTAS**



**D – RESUMO DOS CUSTOS (CUSTO DIRETO TOTAL)**



**E– CUSTO UNITÁRIO POR m2 DE VARRIÇÃO**



**3.3 Pintura de meio-fio**

**3.3.1 Definição**

Embora esse serviço não se insira no rol de atividades elencadas pela Lei de Saneamento Básico, sua inclusão tem sido admitida quando da licitação da limpeza urbana, visto ser frequente o compartilhamento da mão de obra entre alguns serviços, a exemplo da raspagem de sarjetas.

**3.3.2 Plano de Execução**

A pintura de meio-fio é um serviço posterior ao serviço de limpeza urbana e é feita após a varrição e limpeza geral para dar um melhor acabamento ao serviço de limpeza pública, bem como preservar a sinalização de segurança para veículos e pedestres.

A pintura de meio-fio é realizada em toda a cidade com frequência de 2 a 3 vezes por ano, dentro de uma programação pré-determinada. No caso de pintura manual a produtividade varia entre 300 e 400 m de sarjeta por pintor por dia.

Já no caso de pintura mecanizada a produtividade aumenta para 6.000 m de sarjeta por equipe por dia. A pintura mecanizada é realizada por uma equipe composta pelo motorista do trator/equipamento de pintura, um pintor e um ajudante.

Não se deve considerar reserva técnica para mão de obra, os próprios encargos sociais já contemplam férias, faltas e licenças.

**3.3.3 Dimensionamento**

A partir da quilometragem de sarjetas a ser pintada fornecida pela Administração, calcular o número necessário de pintores.

= = 3,96

Sendo:

N – quantidade de pintores

d – extensão mensal de sarjeta a ser pintada (m)

r – produtividade por pintor (m de sarjeta/dia/pintor)

Obs.: Os 25,25 dias correspondem a serviço realizado de segunda sábado (365

dias – 52 domingos – 10 feriados, dividido por 12 meses).

**2.2.4 Composição de preços**

Composição de Preço Unitário

**A - CUSTO DE MÃO-DE-OBRA**



**B – CUSTO DE UNIFORMES / E.P.I’S / E.P.C’S** 

**C – CUSTO DE FERRAMENTAS / EQUIPAMENTOS**



**D – RESUMO DOS CUSTOS (CUSTO DIRETO TOTAL)**



**E– CUSTO UNITÁRIO POR M DE PINTURA**



**3.4 CORTE, PODA DE ARVORE E GALHOS**

**3.4.1 Definição**

Poda é o ato de cortar os ramos ou galhos das árvores, arbustos ou outras plantas lenhosas, evitando o contato dos mesmos com as redes energizadas que possam colocar em risco a integridade de pessoas, animais, instalações e a operacionalidade do sistema elétrico.

As atividades de poda de árvores próximas às redes de distribuição primária (média tensão) e secundária (baixa tensão), energizadas ou desenergizadas NÃO DEVERÃO ser executadas nesse projeto, sendo de responsabilidade da Concessionaria de Energia.

A coleta de resíduos volumosos é feita, geralmente, por caminhões basculantes ou de carroceria, associados ou não a pás carregadeiras. Esse serviço pode ser realizado de acordo com reclamações específicas ou por meio de operações permanentes, nas quais a administração municipal setoriza a cidade e programa a coleta, informando previamente à população a data de coleta.

O Manual do IBAM3 estabelece um parâmetro de densidade igual a 1.300 kg de entulho por m³.

**3.4.2 Plano de Execução**

Antes da execução da tarefa, deve-se realizar seu planejamento, identificando e analisando os riscos envolvidos eliminando-os ou aplicando seus respectivos controles e/ou tomando providências cabíveis, dando especial atenção ao estacionamento do veículo e isolamento da área.

O caminhão utilizado para o recolhimento de galhos não poderá transitar com pessoas na carroceria. Caso haja dificuldades para estacionar o veículo em local apropriado à execução da tarefa, acionar as autoridades de trânsito competentes. Se existir algum veículo estacionado na área de trabalho, providenciar a sua retirada.

É expressamente proibido o trabalho em condições climáticas adversas, como chuva e/ou ventos fortes.

Visando eliminar riscos de escorregões e quedas, é vedado ao podador adentrar a árvore quando os galhos da mesma se encontrarem molhados. Neste caso, é obrigatório o uso de veículo com cesto aéreo ou escadas veiculares.

Devem ser conferidas as condições físicas da árvore, observando o estado físico do tronco (oco, podre, rachado, etc), rachaduras nas primeiras galhadas, existência de galhos secos ou mortos e galhos epicórmicos. Em caso de confirmação de risco na estrutura da árvore e havendo extrema necessidade de poda, um caminhão com equipamento hidráulico e cesto aéreo deverá ser acionado para viabilizar a tarefa.

Compete aos membros da equipe de poda verificar a existência de elementos estranhos que ofereçam riscos, tais como vespas, abelhas, marimbondos, insetos nocivos e assemelhados. Em caso de existência de tais elementos, sua retirada deverá ser providenciada antes da execução do serviço.

Os motosserras só devem ser operados por profissionais habilitados segundo NR-12 do Ministério do Trabalho e Emprego e devidamente equipados com os EPI’s necessários, relacionados na Recomendação de Segurança. Os motosserras deverão estar devidamente cadastrados no órgão ambiental competente, devendo o cadastro ser renovado conforme legislação. Quando da utilização de motosserras. O podador que utilizar a motosserra deverá possuir treinamento específico a respeito de sua operação. Quando utilizar a motosserra dentro do cesto aéreo, a mesma sempre deverá ser amarrada em algum ponto que impeça sua eventual queda ao solo, bem como ser içada através de corda já em funcionamento devidamente travada.

**3.4.3 Dimensionamento**

Será dimensionada a Quantidade de operadores, motoristas, ajudantes, caminhões. Em razão da quantidade de equipes dimensionadas pela Administração. Consideramos a necessidade de apenas uma equipe formada por 1 motorista, além de 2 podadores de árvore e 1 encarregado.

Será adotado o valor de 100 árvores mensais a serem podadas durante a execução do contrato

**3.4.4 Composição de preços**

Composição de Preço Unitário

**A - CUSTO DE MÃO-DE-OBRA**



**B – CUSTO DE UNIFORMES / E.P.I’S / E.P.C’S**



**C – CUSTO DE FERRAMENTAS / EQUIPAMENTOS** 

**D – RESUMO DOS CUSTOS (CUSTO DIRETO TOTAL)**



**E– CUSTO UNITÁRIO POR UNIDADE DE ÁRVORE**



**3.5 Corte e coleta de grama**

**3.5.1 Definição**

O serviço de roçagem é realizado em razão da limpeza de locais onde a grama está alta. A operação consiste na execução de serviços de aparo de vegetação rasteira nas vias, seguindo programação a ser fornecida pela Contratante.

A contratada, de acordo com programação prévia a ser fornecida pela Contratante através de OS – Ordem de Serviço, deverá estar apta a atender situações eventuais de trabalho quando deverá proceder a limpeza das vias e logradouros públicos de acordo com o solicitado.

Os serviços serão realizados no turno diurno e conforme as necessidades de cada localidade, devendo os horários de início e término constar da OS – Ordem de Serviço, apresentado pela Contratante.

Após a limpeza, o resíduo resultante da operação deverá ser removido logo após o término do serviço, e/ou conforme definido na OS – Ordem de Serviço expedida pela Contratante.

A mais indicadas para o serviço de corte são as roçadeiras portáteis são mais indicadas para terrenos acidentados.

**3.5.2 Plano de Execução**

Esse serviço pode ser realizado manualmente ou utilizando-se tratamento químico com herbicidas, devendo ser feito, em média, a cada três meses.

Um planejamento mais detalhado deve considerar a velocidade de crescimento do mato, que varia significativamente conforme a estação do ano.

A prática da capina química em área urbana não está autorizada pela ANVISA ou por qualquer outro órgão, não havendo nenhum agrotóxico registrado para tal finalidade.

Segundo o Art. 15 da Lei de Agrotóxicos e Afins nº 7.802, de 11/07/89, aquele que produzir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço, der destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, em descumprimento às exigências estabelecidas na legislação pertinente estará sujeito à pena de reclusão, de dois a quatro anos, além de multa.

Essa prática também pode ser enquadrada no Art. 56 da Lei de Crimes Ambientais, Lei 9.605, de 12/02/98, o qual estabelece uma pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa para quem usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com o estabelecido em leis ou regulamentos.

Portanto, segundo a legislação vigente, a prática da capina química está proibida e por isso não será dimensionado tal serviço.

Os serviços de capinação, consistem na operação manual de recolhimento dos resíduos existentes como toda vegetação rasteira e outros, executada ao longo das vias em cada uma das margens, na superfície dos passeios, canteiros centrais ajardinados ou não, praças, pátios de escolas, terrenos de propriedade do Poder Público e ajuntamento dos resíduos para remoção pelos veículos de coleta de resíduos volumosos, em todas as vias e logradouros públicos relacionados no Plano Executivo Definitivo a ser apresentado pela Contratada.

Será facultado alternativamente à Contratada, o emprego de equipamentos operados mecanicamente (capina mecanizada) que propiciem e resultem no mesmo padrão de qualidade proposto para o serviço de capinação manual, desde de que não gerem riscos aos operários e à população.

**3.5.3 Dimensionamento**

A partir da área a ser roçada por mês fornecida pela Administração, calcular o número necessário de roçadores.

= = 2,59

Sendo:

N – quantidade de roçadores

F- frequência = metade da área por mês

A – área a ser roçada por mês (m²)= 35.000 x 1,5 x 2= 105.000,00 m²

r – produtividade por roçadores costais (800 m²/dia)

Obs. 1: Os 25,25 dias correspondem a serviço realizado de segunda a sábado (365 dias – 52 domingos – 10 feriados, dividido por 12 meses).

Obs. 2: No caso de utilização de roçadeiras costais, prever 2 ajudantes que seguram a rede e ensacam o lixo.

Obs. 3: Consideramos a necessidade de apenas uma equipe para transporte do resíduos formada por 1 motorista por caminhão basculante.

**3.5.4 Composição de preços**

Composição de Preço Unitário

**A - CUSTO DE MÃO-DE-OBRA**



**B – CUSTO DE UNIFORMES / E.P.I’S / E.P.C’S**



**C – CUSTO DE FERRAMENTAS / EQUIPAMENTOS**



**D – RESUMO DOS CUSTOS (CUSTO DIRETO TOTAL)**



**E– CUSTO UNITÁRIO POR M2 DE CAPINAÇÃO**



**3.6 Limpeza de Bueiros**

**3.6.1 Definição**

Entende-se por limpeza de Bueiros a retiradas de todos os resíduos que possa impedir o

escoamento, da vazão pluvial. As grelhas das bocas de lobos deverão estar desobstruídas de todos os resíduos que venham a dificultar a vazão pluvial. Erradicação da vegetação, nas bordas das bocas de bueiros, com os objetivos de conter sua expansão ou crescimento de forma que venha a facilitar o escoamento das águas, e melhorar o aspecto visual;

**3.6.2 Plano de Execução**

A medição do serviço será executada em unidade (un.) efetivamente limpa, conforme atestado pela FISCALIZAÇÃO. A medição deve ser documentada por um memorial de cálculo de fácil comprovação e conferência. Todo o serviço executado que apresentar problemas de má execução não será medido, ou se o problema executivo for detectado após o serviço estar incluído em uma medição anterior, o serviço deverá ser retirado da medição até que o EXECUTANTE reexecute o serviço de forma aceitável. Não será objeto de medição a reexecução obrigatória de serviços que decorrerem de uma má execução anterior.

Todas as medições serão numeras e datadas de período a período. Os resíduos resultantes da limpeza de bueiros deverão ser retirados pela contratada com uso de equipamento e/ou veiculo adequado, que fará o transporte até local apropriado sob a responsabilidade do EXECUTANTE, devidamente licenciado por órgão competente.

**3.6.3 Dimensionamento**

Fora repassado pela Secretária de obras a demanda de 60 bueiros a serem limpos e desobstruídos. Considerando que será necessários 2 funcionários e 1 encarregado para execução dos serviços durante 1 mês de execução.

**3.6.4 Composição de preços**

Composição de Preço Unitário

**A - CUSTO DE MÃO-DE-OBRA**



**B – CUSTO DE UNIFORMES / E.P.I’S / E.P.C’S**



**C – CUSTO DE FERRAMENTAS / EQUIPAMENTOS**



**D – RESUMO DOS CUSTOS (CUSTO DIRETO TOTAL)**



**E– CUSTO UNITÁRIO POR UNIDADE DE LIMPEZA**

**4. ESPECIFICAÇÕES**

**4.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**4.1.1 Definição da Área**

A área abrangida é o perímetro urbano e local de assentamentos do Município de Selvíria e principais definidas em 1.2.

**4.1.2 Serviços a serem realizados**

Os serviços a serem realizados deverão ser executados em conformidade com os Planos Executivos Definitivos dos serviços objeto da Licitante, a serem apresentados pela licitante vencedora, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da Ordem de início de Serviço (O.S.) e aprovados pela Diretoria de Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, observando todas as especificações e demais elementos técnicos constantes deste projeto.

A Prefeitura Municipal poderá propor a implantação de novas técnicas operacionais, ao longo do contrato de forma a assegurar a atualização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços à população.

Os Serviços serão executados nas áreas, vias e logradouros públicos, na circunscrição definidas no item 2. (Mapa de Situação).

**COLETA E TRANSPORTE DE ENTULHO**

Os resíduos coletados neste serviço serão diversas consiste na remoção dos resíduos que estão dispostos em vias e logradouros públicos em frente a residência ou comercio produtor. O veículo utilizado para remoção destes resíduos será o veículo caçamba basculante ou carga seca, onde será de responsabilidade da empresa contratada deverá ser composta por 01 (um) motorista e 03 (três) garis, devidamente uniformizados, equipados com ferramentas e equipamentos de proteção individual.

Estes serviços não serão realizados no período noturno, nem tão pouco aos domingos e feriados salvos autorizado, pela fiscalização para atender as emergências.

Em alguns casos, os serviços poderão ser complementados com auxílio de pá carregadeira ou retroescavadeira, obedecendo um rigoroso controle de acompanhamento da fiscalização e de responsabilidade de fornecimento da PREFEITURA.

**VARRIÇÃO DE VIAS PAVIMENTADAS**

Os serviços de varrição de vias pavimentadas, consistem na operação manual da varrição na superfície dos passeios pavimentados ou não, sarjetas, canteiros centrais ajardinados ou não e praças, esvaziamento dos cestos de lixo (papeleiras) e acondicionamento dos resíduos passíveis de serem contidos em sacos plásticos, em todas as vias públicos nas ruas indicadas na relação dos Anexos I.

Os serviços serão executados ao longo das vias pavimentadas e não pavimentadas em cada uma das margens e canteiro centrais, calçadas, pavimentadas ou não, em sua totalidade, praças, pátios de escolas e ruas humanizadas (em sua totalidade).

A equipe estimada para a operação da varrição manual é composta por 28 (vinte e oito) varredores para as localidades com necessidade de varrição, varredores utilizando-se de lutocar, vassourão apropriado do tipo “Prefeitura”, vassoura, pá com cabo alongado e sacos plásticos de filme nº 10, os quais serão dispostos nos passeios ou locais apropriados para sua posterior coleta e remoção pelo caminhão da coleta de resíduos da varrição e capinação ao destino a ser indicado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Será facultado alternativamente à Contratada o emprego de tecnologias e/ou equipamentos operados manualmente que propiciem e resultem no mesmo padrão de qualidade proposto para o serviço de varrição manual.

Não poderão ser deslocadas as equipes de varrição para realização de outros serviços salvo em situações absolutamente indispensáveis para o atendimento em casos eventuais e/ou emergenciais, devidamente justificadas, sob solicitação do FISCAL do contrato.

Os serviços serão realizados de 2ª feira a sábado, podendo aos domingos e feriados, serem realizados até 20% (vinte por cento) do total das varrições executadas em cada dia da semana em caso excepcional.

Os turnos de varrição manual poderão ser diurnos (matutino/vespertino) ou noturno, caso se justifique, conforme as necessidades de cada localidade, devendo os horários de início e término de cada turno constar da Metodologia Executiva de Operações dos Serviços, apresentado pela licitante.

O início dos serviços deverá se dar no horário compreendido entre Matutino - 07:00h e 07:30h, Vespertino – 12:00h e 12:30h, Noturno – 17:30h e 18:00h. Para o centro comercial da cidade, o início dos serviços para o turno matutino deverá se dar no horário entre 06:00 e 6:30h.

A Contratada, de acordo com programação prévia a ser fornecida pela Contratante deverá estar apta a atender situações eventuais de trabalho, quando deverá proceder a limpeza das vias e logradouros públicos nos locais da realização de eventos esportivos, culturais e artísticos antes e logo após o término dos mesmos de forma a restaurar suas condições de limpeza. Excetuam-se desta condição as situações emergenciais, tais como alagamentos.

O produto dos serviços de varrição manual deverá ser acondicionado em sacos plásticos de filme nº 10 e será removido na mesma frequência da coleta domiciliar da área.

No decorrer do período contratual, e por determinação da Contratante os serviços de varrição manual em vias e logradouros públicos que não façam parte integrante da relação do Edital, a Contratante de comum acordo com a Contratada, promoverá as necessárias alterações contratuais/repactuações, em decorrência do aumento das quantidades dos serviços, a fim de preservar a equação econômico-financeira.

Quando da autorização do aumento da extensão de vias a serem varridas, a Contratada deverá informar o novo quadro de pessoal para a execução dos serviços.

O esvaziamento dos cestos de lixo deverá ser realizado pelos varredores concomitantemente aos trabalhos de varrição nos respectivos turnos. O produto do esvaziamento deverá ser acondicionado juntamente com o produto da varrição.

Os serviços de implantação e manutenção de cestos coletores, caso sejam propostos pela Contratada, deverão preservar o passeio público, as tubulações das concessionárias, envelopamentos ou quaisquer outras interferências com reparação de eventuais danos ocasionados direta ou indiretamente. O entulho gerado por ocasião dos serviços deverá ser imediatamente removido.

A manutenção dos cestos deverá ser feita rotineiramente e compreende a sua limpeza externa e interna, a conservação da haste do suporte, verificação de sua fixação e outros pequenos reparos.

O fornecimento, instalação, esvaziamento e manutenção dos cestos, quando necessários, serão de responsabilidade da Contratada, que deverá incluir seus custos nos custos administrativos e, por sua vez, no valor global dos serviços de varrição.

A Contratada deverá arcar com todos os ônus decorrentes da apresentação do plano de implantação e manutenção dos serviços.

**CAPINAÇÃO MANUAL, RASPAGEM DE LINHA D’ÁGUA**

Os serviços de capinação e raspagem de linhas d’água (sarjetas) passeios e canteiros centrais de vias pavimentadas e não pavimentadas, consistem na operação manual de recolhimento dos resíduos existentes como toda areia, lama, vegetação rasteira e outros, executada ao longo das vias em cada uma das margens, na superfície dos passeios, canteiros centrais ajardinados ou não, praças, pátios de escolas, terrenos de propriedade do Poder Público e ajuntamento dos resíduos para remoção pelos veículos de coleta de resíduos volumosos, em todas as vias e logradouros públicos relacionados no Plano Executivo Definitivo a ser apresentado pela Contratada.

As equipes estimadas para a operação executarão os serviços utilizando-se de carro de mão, enxada, vassourão apropriado do tipo “Prefeitura”, pás, roçadeiras mecânicas e outros equipamentos necessários a boa execução dos serviços.

Não poderão ser deslocadas as equipes de capinação para realização de outros serviços salvo em situações absolutamente indispensáveis para o atendimento em casos eventuais de emergência, devidamente justificadas, sob solicitação do FISCAL do contrato.

Os serviços serão realizados de 2ª feira a sábado, no turno diurno e conforme as necessidades de cada localidade, devendo os horários de início e término constar no Plano Executivo Definitivo a ser apresentado pela Contratada.

Os resíduos provenientes dos serviços de capinação deverão ser removidos imediatamente após a realização dos serviços.

Será facultado alternativamente à Contratada, o emprego de equipamentos operados mecanicamente (capina mecanizada) que propiciem e resultem no mesmo padrão de qualidade proposto para o serviço de capinação manual, desde que não gerem riscos aos operários e à população.

O turno de trabalho dos serviços será diurno, sendo que o início deverá se dar no horário compreendido entre 7:00h e 8:00h.

**PINTURA DE MEIO FIO (GUIA DE SARJETA)**

Operação manual que consiste na preparação de guias de sarjetas, postes e afins para a aplicação de solução de água, cal hidratada, hidracor branco e fixador, em no mínimo, 02 (duas) demãos na proporção de 01 (um) Kg de hidracor para 05 (cinco) Kg de cal hidratada, em todas as vias e logradouros públicos definidos.

**PODE DE ÁRVORE**

Serão realizados procedimentos de poda e supressão de árvores de espécies variadas de pequeno, médio e grande porte. Considera-se Árvore de pequeno porte as espécies variadas com altura de até 5,0 (cinco)metros, com raio de copa até 3,0 (três) metros.

Considera-se Árvore de médio porte as espécies variadas com altura de até 5,0 (cinco) até10,0 (dez) metros, com raio de copa de 3,0 (três) a 5,0 (cinco) metros.

Considera-se Árvore de grande porte as espécies variadas com altura acima de 10,0 (dez) metros, com raio de copa superior a 5,0 (cinco) metros.

Os serviços serão realizados nas praças, jardins, parques, imóveis locados e imóveis pertencente ao Município de Selvíria.

Os serviços de poda e supressão das árvores deverão ser realizados, preferencialmente de segunda a sexta-feira de 8h às 17h, podendo ser realizadas em horários alternativos ou em finais de semana e feriados, mediante a urgência com prévia autorização da Administração.

Os serviços deverão ser executados por profissionais/empregados especializados, sob a supervisão direta da CONTRATADA, com a utilização de equipamentos adequadamente ajustados e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Os profissionais/empregados da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando crachás.

Caso seja feita a Poda Drástica sem conhecimento e autorização da Secretaria Municipal de

Meio Ambiente, a CONTRATADA sofrerá as penalidades de acordo com a Lei Municipal de Proteção a Arborização Urbana.

Ficará a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente as solicitações e as autorizações para as podas e supressões das árvores, bem como as ordens de serviços para a execução dos serviços.

Para a execução dos serviços (poda / supressão), a CONTRATADA deverá fazer o isolamento da área com equipamentos adequados como cones, fita zebrada e ou placas em estruturas tipo cavalete.

Para os serviços de supressão a CONTRATADA deverá fazer o corte do tronco o mais próximo possível do solo.

Será de responsabilidade da CONTRATADA a destinação final do material residual relativos aos serviços de podas e supressão das árvores, de acordo com a legislação vigente sobre a matéria.

Definem-se a destinação final, os serviços de coleta e transporte dos materiais recolhidos até a sua destinação adequada e correta aos resíduos, sendo incluso nos custos deste serviço o transporte até o local.

O local para recebimento final dos resíduos coletados deverá ser licenciado pelos órgãos

governamentais responsáveis pela fiscalização do cumprimento das leis ambientais.

Todos os resíduos deverão ser transportados em caminhão disponibilizado pela CONTRATADA.

O motorista do caminhão deverá estar habilitado na forma da legislação de trânsito vigente, sendo que o não atendimento desta exigência implicará a aplicação das penalidades cabíveis à empresa a ser contratada.

Quando o serviço de poda ou supressão de árvores estiver em contato com a Rede de Distribuição de Energia, a CONTRATADA deverá providenciar a autorização prévia junto à Concessionária de Energia Elétrica local;

No caso anterior a CONTRATADA só realizará a execução dos serviços depois da autorização da Concessionária de Energia Elétrica.

**LIMPEZA DE BUEIROS**

A limpeza dos dispositivos de drenagem deverá ser feita pôr processo manual, sem o uso de equipamento pesado, para que as paredes e fundo não sejam danificados por impacto. Existindo bocas de lobos que apresentarem rupturas das superfícies, estas deverão ser reparadas.

Deverá ser previamente determinado o ponto de descarga dos entulhos e lixos removidos evitando que sejam reconduzidos para o sistema de drenagem. O recolhimento dos entulhos junto aos dispositivos deverá ser feito por carrinho-de-mão, transportando-se o material para o ponto escolhido para carga dos caminhões que farão a remoção para os bota-foras.

**4.1.3 Pessoal**

Competirá à Contratada a admissão de encarregado, motoristas e garis necessários ao desempenho dos serviços contratados, correndo por conta desta todos os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas previdenciárias, fiscais e outras de qualquer natureza.

Só poderão ser mantidos em serviços os empregados atenciosos e educados no tratamento dado ao município, bem como cuidadosos com o bem público.

A fiscalização terá direito de exigir dispensa, a qual deverá se realizar dentro de 24 (vinte e quatro) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços. Se a dispensa der origem a ação judicial, a Prefeitura não terá, em nenhum caso qualquer responsabilidade.

A contratada deverá substituir o empregado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Durante a execução dos serviços é absolutamente vedada ao pessoal da Contratada a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações, principalmente em benefício de particulares.

Será terminantemente proibido aos empregados da contratada fazer catação ou triagem entre os resíduos de varrição e de feiras-livres, para proveito próprio.

É proibida a ingestão de bebidas alcoólicas ou drogas, a solicitação de gratificações e donativos de qualquer espécie.

A equipe deverá apresentar-se uniformizada e asseada, com vestimenta e calçados adequados, bonés, capas protetoras e demais equipamentos de segurança quando a situação os exigir (conforme Normas do Ministério do Trabalho).

Caberá à Contratada apresentar, nos locais e no horário de trabalho, os operários devidamente uniformizados, providenciando equipamentos e veículos, em sua despesa administrativa, suficientes para a realização dos serviços.

Os serviços serão iniciados com os uniformes nos padrões e cores por tipo de serviço determinado pela Prefeitura, devendo ser impresso na parte frontal, o número da matrícula do empregado.

Face à necessidade de recursos humanos qualificados para o exercício dos serviços de gerenciamento e operacional nas diversas áreas do trabalho é recomendável:

a) Treinamento de gerentes, técnicos, ajudantes, varredores, coletores, fiscais, encarregados e motoristas para o desempenho adequado de suas tarefas;

b) O programa de capacitação deverá abranger além dos serviços gerenciais e operacionais, outros como: Gerenciamento do Sistema de Limpeza Urbana, Cidadania e Meio Ambiente, Qualidade no Atendimento aos Usuários, Importância do uso de EPI’s e EPC’s; Alfabetização de Adultos, entre outros.

**A Licitante no corpo de sua proposta deverá detalhar programa a ser adotado incluindo critérios de avaliação, os quais serão acompanhados pela área de Recursos Humanos da Prefeitura.**

**4.1.4 Planejamento, frequência e horário**

A contratada deverá apresentar ao FISCAL do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de implantação dos serviços, o Plano Executivo definitivo de cada serviço. As adequações do referido Plano, se solicitadas pela Prefeitura após análise e apreciação, deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Os Planos Executivos definidos de cada serviço apresentados deverão estar totalmente implantados em 12 (doze) meses após a aprovação do FISCAL do contrato.

Os Planos Executivos Definitivos, deverão compreender:

a) A Contratada deverá providenciar 03 (três) cópias dos Planos Executivos Definitivos aprovados e encaminhá-las com o mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do início dos serviços ao FISCAL do contrato;

b) A Contratada deverá promover, às suas expensas, a mais ampla divulgação possível dos horários, frequências e locais em que os serviços contratuais serão executados;

c) A Contratada deverá executar os serviços de coleta obedecendo a circuitos planejados adequados ao sistema viário e sua legislação, de forma a conferir uma constância de horários de atendimento em cada logradouro e garantir confiabilidade na completa abrangência dos mesmos;

g) Os roteiros de coleta deverão desenvolver-se dentro dos limites do setor de coleta e cada um dos circuitos ou rota corresponderá à atividade de uma equipe, dentro de um turno de coleta;

h) Os roteiros de coleta deverão ser fornecidos ao FISCAL do contrato grifados sobre os mapas viários de cada setor. Tais roteiros deverão, obrigatoriamente ser seguido pela contratada. Poderão ser sugeridas alterações destes roteiros, visando adequações a alterações no trânsito, ou otimização de circuitos;

i) A não possibilidade de atendimento aos roteiros definidos, seja por obras nas vias públicas, alterações no trânsito, ou qualquer outra razão, deverá ser comunicada ao FISCAL do contrato no momento da constatação da ocorrência, de forma que esta fiscalização possa orientar a contratada quanto à alternativa a ser seguida;

j) Nas vias de grande fluxo de veículos, ou com canteiros centrais, a coleta deverá ser feita em etapas distintas para cada lado das mesmas, de forma a evitar a travessia pelos garis a todo momento.

**4.1.5 Edificações e Instalações**

A Contratada na época da execução do serviço, deverá dispor de edificações e de instalações complementares, previstas em seus custos administrativos, provindas inclusive de ferramental, estoque de componentes e peças de forma a poder garantir a regularidade e a manutenção dos veículos e equipamentos.

Deverá, outrossim, dispor de garagem ou pátio de estacionamento, não sendo permitida a permanência de veículos e equipamentos em vias públicas, quando não estiverem em serviço.

A Contratada deverá manter suas edificações e instalações, todas despesas necessárias para tanto.

**4.1.6 Destino Final**

A Contratada deverá transportar os resíduos sólidos coletados até os locais de destino determinados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, juntamente com o FISCAL do contrato.

**4.1.7 Fiscalização**

A fiscalização do cumprimento do contrato, caberá a Prefeitura, através de nomeação por ato próprio, conforme determina a Lei Federal de Licitações nº 8.666/93, funcionário público efetivo com conhecimento técnico suficiente para desempenho desta função.

A Contratada deverá cooperar, quanto à observância dos dispositivos referentes a higiene pública, informando à fiscalização notadamente sobre os casos de descarga irregulares de resíduos e falta de recipientes padronizados na via pública.

A Contratada se obriga a permitir ao pessoal da fiscalização livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e das anotações relativas aos equipamentos, registro de pessoal e todos os materiais referentes aos serviços contratados.

**4.1.8 Medição dos Serviços**

O valor das medições será obtido mediante os preços unitários constantes na planilha orçamento proposta vencedora, integrante do contrato, ÀS QUANTIDADES EFETIVAMENTE EXECUTADAS e devidamente aprovadas e atestadas pelo FISCAL do contrato.

Em cada processo mensal de pagamento de medições, deverão ser anexadas as fichas de produção dos serviços executados. Nestas fichas deverão ser anotados todos os serviços executados e os fatos ocorridos durante a sua execução, tais como: horário de apresentação e de dispensa da(s) equipe(s), os atrasos, ausências e saídas antecipadas de funcionários e da(s) equipe(s), quebra ou defeito e horas paradas de equipamento(s), devendo ter o visto do FISCAL do Contrato.

Caberá ao FISCAL do contrato, a seu critério, determinar o formulário padrão das medições resultantes da execução dos serviços objeto do contrato.

**5. ORÇAMENTO**

**5.1 ORÇAMENTO BÁSICO**

Este orçamento foi elaborado levando-se em consideração as Composições de Preços apresentadas, preços de insumos de mão de obra, ferramentas, materiais, apresentados em anexo.

**ORÇAMENTO BÁSICO**



**ORÇAMENTO PROPOSTA**



**6. CRONOGRAMA**

**6.1 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**



**REFERÊNCIAS**

- Manual Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos / FUNASA, IBAM

- IBGE – BASE DE DADOS – 2010

- IEMA – ES (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS)

- DER-ES (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO)

- SNIS – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - Resíduos Sólidos (MCidades, 2010) – Plano Nacional de Resíduos Sólidos – Diagnóstico – Ministério do Meio Ambiente

- DIAGNÓSTICO DO MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – 2010

- CARTILHA DE LIMPEZA URBANA – IBAM / MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

- MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

- MANUAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE LIXO MUNICIPAL – IBAM

- CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS DAS CATEGORIAS

- SINDICATOS DAS CATEGORIAS

- TABELA FIPE (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS)

- ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO)

**ANEXO III – PREGÃO**

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)*

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 116/2021**

**PREGÃO Nº 032/2021.**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ por intermédio do seu representante ou procurador declara ao Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_-MS que atende a todas as condições de habilitação no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº, PREGÃO Nº 32/2021**

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

( ) Sou Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Declaro que possuo restrição da documentação exigida, para efeito da comprovação de regularidade fiscal.

Local e data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e número da identidade do declarante

(representante legal da empresa)

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO ART. 7, INCISO XXXIII, DA CARTA MAGNA.**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)*

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2021.**

**PREGÃO Nº 032/2021.**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada a Rua/Avenida \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_, declara a estrita observância ao Princípio Constitucional do art. 7, inciso XXXIII da Carta Magna, e estou ciente de que eventual revelação da infringência à regra, acarretará a imediata inabilitação ou desclassificação no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2021, PREGÃO Nº 32/2021**, como a rescisão do Contrato Administrativo que venha a firmar com o Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_-MS.

Local e data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e número da identidade do declarante

(representante legal da empresa)

**ANEXO V**

DECLARAÇÃO ACEITE TEOR EDITAL

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)*

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2021.**

**PREGÃO Nº 032/2021.**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada a Rua/Av. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Cep: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, de que conhece e aceita o teor completo do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2021, PREGÃO Nº 032/2021**, ressalvando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação.

Local e data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e número da identidade do declarante

(representante legal da empresa)

**ANEXO VI**

DECLARAÇÃO FATOS IMPEDITIVOS

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2021.**

**PREGÃO Nº 032/2021.**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada a Rua/Av. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Cep: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_, declara para os devidos fins, sob as penalidades cabíveis, não haver fatos impeditivos quanto a nossa participação em licitações e nos comprometemos a informar, a qualquer tempo, a existência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação/contratação, na forma determinada no §2º, do artigo 32, da Lei Federal de Licitações nº 8666/93.

Local e data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e número da identidade do declarante

(representante legal da empresa)

**ANEXO VII**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \*\*\*/2021**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SELVÍRIA MS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE \*\*\*\*, E A EMPRESA \*\*\*\*\*\*\*.**

Pela presente CONTRATAÇÃO PÚBLICA, que fazem entre si, de um lado o MUNICÍPIO DE SELVÍRIA - MS pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 03.184.058/0001-20, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE \*\*\*\*, representada pelo seu\* ordenador\* de despesa Sr. Secretário(a) \*\*\*\*\*\*\*, brasileir\*, casad\*, residente e domiciliad\* à Rua \*\*\*, nº \*\*\*, Bairro \*\*\*, nesta cidade, portador do RG n.º \*\*\* SSP/\*\* e CPF: \*\*\*; doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, A EMPRESA \*\*\*\*\*, sito à Rua/Av. \*\*\*\*\*, n° \*\*\*\*, Bairro \*\*\*\*\*, na cidade de \*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ/MF sob o n° \*\*\*\*\*, neste ato representada pelo Sr (a). \*\*\*\*\*\*, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF/MF n° \*\*\*\*\* e RG n° \*\*\*\*, expedida pela SSP/\*\*\* ora denominada CONTRATADA, por força do presente instrumento e em conformidade com os termos do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2021, PREGÃO Nº 032/2021 e seus Anexos, e com o disposto na Lei n° 10.520, de 17/07/2002, e alterações posteriores, Lei n° 123/2006, Decreto Municipal nº 2390/2006 – institui pregão; Decreto Municipal nº 4417/2017 e 4424/2017- ordenadores; na lei n° 8.666, de 21/06/1993, e alterações posteriores, e alterações posteriores, têm entre si, justo e acordado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1. O objeto do presente contrato:***\*\*\*\*\*\****, em conformidade com as Especificações e Quantidades constantes nos **ANEXOS I - Proposta de Preço e II - Termo de Referência**, parte integrante deste Edital.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ***Item*** | ***Descrição*** | *Und* | *Qtde* | *Marca* | *Unit* | ***Total*** |
|  |  |  |  |  |  |  |

**CLÁUSULA SEGUNDA –DAS CONDIÇÕES DO SERVIÇO :**

2.1. Os serviços de varrição, coleta e transporte de resíduos gerados com a varrição das ruas e avenidas, bem como os serviços de poda de arvores, são objeto do presente estudo e serão executados pela CONTRATADA obedecendo as exigências do presente edital, termo de referência e seus anexos, além da Lei 8.666/93, e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

2.2. Todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços, tais como, seguros, transporte, tributos, encargos previdenciários, EPI, uniformes, ferramentas, equipamentos, veículos, implementos, máquinas, manutenções corretivas e preventivas, troca e reposição de óleos lubrificantes, troca e reposição de filtros lubrificantes e hidráulico, serviços e peças para reparos mecânicos, **transportes dos funcionários inclusive até o bairro Reassentamento Novo Porto João André que fica a aproximadamente 10 km da sede do município**, motorista e/ou operador, custos com trabalhadores braçais, encarregado e outros, incluindo os encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas e seguros que recaiam sobre os serviços contratados, não onerarão a CONTRATANTE, incluindo toda responsabilidade civil por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causado pelos seus funcionários à CONTRATANTE ou terceiros decorrentes de suas atividades ou atos de seus funcionários ou prepostos, o caminhão e demais equipamentos ou veículos (quando for passivo de tal serviço) deverão possuir seguro no mínimo contra terceiros.

2.3. Os serviços deverão ser executados conforme exigências do Termo de Referência.

**2.4. DASGENERALIDADES DOS SERVIÇOS:**

1. Contratação de empresa especializada de varrição manual ou mecanizada, compreendendo todas as vias pavimentadas e respectivos meio fio, onde está incluso ainda a capinação de pequenos arbustos e ervas daninhas que possam existir no local das varrições, (termo de referência), ficando livre e impedido de qualquer obstáculos (Ervas daninhas, terra/areia, etc), esses serviços devem atender a frequência e horários determinados para cada local e região e coleta de todo material varrido ou juntado pela coletividade.
2. A área total das ruas e avenidas é de 787.464 (setecentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e sessenta e quatro metros quadrados) manual e 17.888 (dezessete mil oitocentos e oitenta e oito metros quadrados) mecânica mensalmente, conforme mapas em anexo para realização de limpeza e coleta dos resíduos gerados com a varrição, sendo que este cronograma deverá ser executado semanalmente, em sua totalidade, e repetidos em semanas subsequentes conforme mapas em anexo.
3. A empresa a ser contratada será responsável por todos os materiais, ferramentas, equipamentos, veículos, implementos, máquinas e EPI’S necessários para segurança dos colaboradores que irá proceder os referidos serviços.
4. Os serviços serão realizados de segunda à sábado, conforme programação e mapas anexo em um período diário de 8 horas de segunda a sexta feira e 4 horas no sábado, totalizando 44 horas semanais, conforme legislação de trabalho vigente:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DIAS** | **INÍCIO** | **INTERVALO** | **RETORNO** | **TÉRMINO** |
| Segunda a sexta | 02:00 | 06:00 | 07:00 | 10:00 |
| Sábado | 02:00 | \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\* | \*\*\*\*\*\*\*\*\* | 06:00 |
| Festividade | Conforme necessidade do município | \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\* | \*\*\*\*\*\*\*\*\* | \*\*\*\*\*\*\*\*\* |

**PARAGRAFO PRIMEIRO:** Os serviços de limpeza mecanizada devem ser realizados a partir das 6:00 horas.

**PARAGRAFO SEGUNDO:** Caso ocorra, alguma impossibilidade por, (Intempérie, Feriados não trabalhados, chuvas no horário de trabalho, etc.) a não realização dos serviços alocados para o setor e o dia em questão, deverão ser realizados em conjunto no prazo máximo de até 2 (dois) dias subsequentes.

**PARAGRAFO TERCEIRO:** Conforme necessidade, a empresa CONTRATADA deverá disponibilizar a limpeza em **locais de festejos ou comemorações promovidas pelo município de Selvíria – MS,** mediante solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

**2.5. DA MANUTENÇÃO**

2.5.1. Serão realizadas vistorias pelo fiscal do contrato para verificar a qualidade da execução dos serviços, e se for o caso solicitar a correção imediata deles em conformidade com o termo de referência.

**2.6. DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA DE LIMPEZA PUBLICA (VARRIÇÃO)**

I - Plano de Execução

Este serviço é dividido em 02 sub serviços, Carga e Descarga e Transporte. Para o serviço Carga e descarga o quantitativo considerado será o volume estimado de resíduos gerados por cada serviço no mês e para o serviço de transporte, será considerado que os sacos de lixos serão depositados nos canteiros das avenidas, após isso o caminhão basculante percorrerá os trechos recolhendo os sacos.

Dimensionamento

A tabela a seguir apresenta A quantidade estimada de resíduos gerados por mês, considerando os quatro serviços.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DEMANDA DE RESÍDUOS A SEREM  COLETADOS | | |
| SERVIÇOS | QUANTIDADE | UNID. |
| Varrição Manual | 25,78 | m³ |
| Roçada Mecanizada | 349,62 | m³ |
| Limpeza de  Bueiro | 46,04 | m³ |
| Poda de Árvore | 71,25 | m³ |
| TOTAL | 492,70 | m³/mês |
| TOTAL | 30,79 | m³/dia |
| 04 viagens por dia com caminhão de 6 m³ | | |

**2.7. LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

I.Os serviços objetos deste termo de referência serão executados no município de Selvíria – MS, em todos os logradouros públicos pavimentados ou com qualquer tipo de calçamento, o que compreende as avenidas, ruas e viela.

Quantitativo do serviço de varrição

|  |  |
| --- | --- |
| RUAS | ÁREA TOTAL DE VARRIÇÃO |
|  |  |
| RUA ANTÔNIO LUIZ DE BRITO | 11.584,00 |
| RUA ROBERTO BARRACO | 22.080,00 |
| RUA 12 DE MAIO | 24.448,00 |
| AVENIDA JOÃO SELVIRIO DE SOUZA | 53.312,00 |
| RUA 24 DE JUNHO | 21.120,00 |
| RUA VEREADOR JOSÉ ALEXENDRE TRINDADE | 18.880,00 |
| RUA JOAQUIM DIOGO FILHO | 16.192,00 |
| AVENIDA PROFESSORA MARILUCIA ROSA TORRES LALUCIE (ANTIGA AVENIDA GOIÁS) | 63.504,00 |
| RUA ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA | 11.888,00 |
| RUA APARECIDO CAETANO (FORRÓ) | 3.904,00 |
| RUA PROJETADA B | 1.560,00 |
| RUA PROJETADA C | 3.744,00 |
| RUA PROJETADA D | 5.824,00 |
| RUA PROJETADA E | 5.967,00 |
| RUA PROJETADA F | 5.915,00 |
| RUA PROJETADA G | 5.876,00 |
| RUA PROJETADA H | 5.837,00 |
| RUA PROJETADA I | 5.758,00 |
| RUA PROJETADA J | 5.733,00 |
| RUA PROJETADA K | 5.681,00 |
| RUA PROJETADA L | 5.642,00 |
| RUA PROJETADA M | 5.538,00 |
| RUA PROJETADA P | 4.719,00 |
| RUA PROJETADA O | 5.408,00 |
| RUA PROJETADA N | 5.772,00 |
| AVENIDA ACIR REZENDE | 2.000,00 |
| RUA PEDRO LOPES | 3.200,00 |
| RUA DA LIBERDADE | 2.000,00 |
| RUA CAROLINA DA CRUZ PRATES | 6.400,00 |
| ESTEVES BARBOSA DE ALMEIDA | 4.800,00 |
| RUA VEREADOR ARIÚDES FERNANDES LEITE | 4.800,00 |
| VIELA PROJETADA "E" | 6.400,00 |
| RUA ALDO DE QUEIROZ | 4.800,00 |
| VIELA PROJETADA "C" | 1.600,00 |
| RUA AFONSO GARCIA MOREIRA | 14.656,00 |
| RUA SEBASTIÃO TEIXEIRA GOMES | 9.600,00 |
| VIELA PROJETADA "A" | 1.600,00 |
| AVENIDA JAMIL KAUÁS | 16.640,00 |
| Viela 75 | 1.600,00 |
| RUA RUI BARBOSA | 14.400,00 |
| RUA OLEGÁRIO RODRIGUES DE FREITAS | 1.600,00 |
| RUA IRINEU FERNANDES RODRIGUES | 14.400,00 |
| RUA GABRIEL CASSIANO DO NASCIMENTO | 12.800,00 |
| AVENIDA CAPITÃO CELSO BATISTA DA SILVA | 31.388,00 |
| RUA VEREADOR ADELMO ZAMBOM | 16.928,00 |
| RUA VEREADOR ISAC LALUCE | 12.800,00 |
| RUA PAULO BRANDÃO | 8.096,00 |
| **TOTAL** | **515.669,00** |

**2.8. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:**

1. Varrição manual e mecanizada de vias e sarjetas consiste na varrição de vias e calçadas conforme definidos acima através da utilização de vassouras, pá de recolhimento e carrinho de mão para depósito temporário e transporte local dos materiais recolhido e com varredora recolhedora rebocável.
2. As sarjetas deverão ser varridas até uma distância ***mínima*** de 01 (um) metro a contar do meio fio da calçada.
3. Raspagem das sarjetas consiste no recolhimento de todo material juntado e recolhidos através de carrinho de mão, enxadas, pás e retroescavadeira conforme a necessidade.
4. Capina manual da faixa de limpeza definida em itens anterior, consiste na utilização de enxadas, pás, foices, garfos e carrinho de mão para recolhimento do material.

**2.9. DA ESTRUTURA FÍSICA, DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO**

A. Para assegurar a normalidade operacional da manutenção desejada pelo Município, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar máquinas, equipamentos e colaboradores capacitados para execução, conforme quantidade mínima definida abaixo:

De acordo com Termo de Referência – Anexo, planilhas.

**PARAGRAFO ÚNICO:** Os materiais e/ou equipamentos para realização dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.

**2.10. DO TRANSPORTE E DESCARTE DOS MATERIAIS**

**2.10.1. A CONTRATANTE** tem a obrigação de efetuar os transportes e descartes de materiais recolhidos como terra, areia, folhas, pequenos galhos, papeis, plásticos e outros que forem retirados dos pontos de limpeza, até o local apropriado, indicado pelo **CONTRATANTE**, sendo **PROIBIDO** o descarte em terrenos baldios, rios, córregos ou outros lugares não autorizados. O local indicado para descarte dos materiais será de no máximo 10 Km da sede do município.

**2.11. SERVIÇOS CONGÊNERES: *PODA DE ÁRVORES***

1. A poda das arvores de pequeno, médio e grande porte e o recolhimento até o destino final, será executado a partir de ordem de serviços emitida pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, devidamente autorizado por autoridade competente, com base em observação “in loco” pelo responsável designado. Toda e qualquer responsabilidade sobre a execução dos serviços será da **CONTRATADA**.
2. Fica aqui definida que árvores de pequeno e médio porte são aquela com diâmetro do seu tronco menor ou igual a 0,40 m e árvores de grande porte aquelas com diâmetro do seu tronco maior do que 0,40 m.
3. A quantidade média anual de Podas de Árvores é de **250 (duzentas e cinquenta) unidades,** sendo 150 (cento e cinquenta) unidades de pequeno e médio porte e 100 (cem) unidades de grande porte, sendo suas podas realizadas parceladamente e conforme a necessidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO:**

3.1. A **CONTRATANTE** designará servidor para o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto deste **CONTRATO** conforme exigência do artigo 67 da Lei 8666/93, mediante publicação de Portaria, conforme determina o Decreto Municipal nº: 4561/2017.

3.2. A fiscalização pela **CONTRATANTE** não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste **CONTRATO**.

3.3. A ausência de comunicação por parte da **CONTRATANTE**, referente a irregularidades, ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas para a execução do objeto deste **CONTRATO**.

3.4. A **CONTRATADA** permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

3.5. Conforme indicação da Contratada, o Preposto que irá representar a mesma neste instrumento contratual será o Sr.(a) \*\*\*\*\*\*\*\*\*, portador do CPF \*\*\*\*\*\*\*\*, ocupante do cargo de \*\*\*\*\*\*\*.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA:**

### 4.1. Os serviços a serem executados pela CONTRATANTE, mediante requisição devidamente carimbada e assinada pelo Secretário da Pasta ou por Servidor do Departamento de Compras deverão ser realizados pela CONTRATADA obedecerão a planilha/cronograma de serviços.

4.1.2. Os serviços serão realizados de segunda à sábado em um período diário de 8 horas de segunda a sexta feira e 4 horas no sábado, totalizando 44 horas semanais, conforme legislação de trabalho vigente:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| DIAS | INÍCIO | INTERVALO | RETORNO | TÉRMINO |
| Segunda a sexta | 02:00 | 06:00 | 07:00 | 10:00 |
| Sábado | 02:00 | \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\* | \*\*\*\*\*\*\*\*\* | 06:00 |
| festividade | Conforme necessidade do município | \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\* | \*\*\*\*\*\*\*\*\* | \*\*\*\*\*\*\*\*\* |

4.2. Todas as despesas relativas a seguros, transporte e entrega, encargos trabalhistas, previdenciária, sociais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes desta contratação correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

4.3. Os serviços executados quando da emissão da NF, estando de acordo com as especificações e exigências, serão atestados por funcionário do Setor responsável, que aferirá a sua conformidade com as especificações fornecidas.

4.4. A CONTRATANTE poderá nos casos de constatação de irregularidades nos serviços executados pela **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis:

1. Rejeitar total ou parcialmente o serviço, caso a irregularidade esteja relacionada à sua especificação.
2. Relativamente ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.5. Os serviços serão executados pelo prestador conforme determinação da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, que indicará o local onde o mesmo será realizado.

4.6. Os serviços serão fiscalizados por servidor designado pelo secretário da pasta e/ou por servidor por ele designado bem como avaliará se eles estão de acordo com o que fora solicitado. Não estando o serviço de acordo será em primeiro momento efetuado a comunicação verbal ao encarregado da empresa para que faça as devidas correções. Caso a primeira comunicação não seja atendida a CONTRATANTE efetuara a comunicação por escrito dando prazo de ***2 horas*** para que os mesmos sejam corrigidos.

4.7. O não cumprimento dos serviços determinados ocasionará penalidades cabíveis.

4.8. A Solicitação de serviço será realizada pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

5.1. Sem prejuízo das demais disposições deste **CONTRATO** e dos termos do PROCESSO LICITATÓRIO e PREGÃO supramencionados, constituem responsabilidades e obrigações da **CONTRATANTE:** Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o **CONTRATO**.

5.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA.**

5.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto do **CONTRATO**, que sejam solicitados pela **CONTRATADA**.

5.4. Rejeitar o fornecimento dos materiais, objeto do **CONTRATO**, por terceiros sem autorização.

5.5. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

5.6. Fiscalizar a execução do objeto do **CONTRATO**, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou de sua suspensão.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

6.1. Sem prejuízo das demais disposições deste **CONTRATO** e dos termos do PROCESSO LICITATÓRIO e PREGÃO supramencionado constituem responsabilidades e obrigações da **CONTRATADA:** Fornecer os quantitativos licitados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º. do art. 65º, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis.

6.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos que venham a ocorrer a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua demora ou da sua omissão na execução do objeto deste **CONTRATO**.

6.3. Executar o objeto deste **CONTRATO**, somente mediante autorizações escritas fornecidas pela **CONTRATANTE**.

6.4. Cumprir com todos os prazos e condições estabelecidos neste **CONTRATO**.

6.5. Assumir, com exclusividade todos encargos, impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste **CONTRATO**, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

6.6. Cumprir todas as Leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

6.7. Não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, ou títulos de créditos emitidos e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra forma qualquer de ônus, sem anuência prévia e expressa da **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão unilateral do **CONTRATO**.

6.8. Responsabilizar-se pelos ônus de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas ao cumprimento do presente **CONTRATO**;

6.9. Instruir o fornecimento do objeto do **CONTRATO**, com a nota fiscal correspondente, juntando cópia da solicitação do produto e do comprovante do respectivo recebimento.

6.10. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório e pregão supramencionados.

6.11 Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da licitante.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

7.1. A presente despesa orçamentária para sua efetivação ocorrerá na Dotação Orçamentária abaixo informada ou naquela(s) dotação(ões) que vierem substituí-la no exercício posterior.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura:

020208 – 15.452.0028.2261.0000 – Manunt e Oper dos serviços urbanos

**CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZO DE CONTRATO:**

8.1. O prazo da Prestação de Serviços será de ate dia \*\*\*\*\*\*\*\*, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto na Lei federal 8.666/93.

**CLAUSULA NONA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

9.1. Fica fixado o Valor Total do presente Contrato em **R$ ........... (..........................)**.

9.1.1: **Conta Corrente nº \_\_\_, da Agência nº \_\_\_, do Banco \_\_\_ nº \_\_\_, de Titularidade da CONTRATADA.**

9.1.2. Mensalmente será emitido pela CONTRATADA e apresentado juntamente com a Nota Fiscal relatório de medição demonstrando o cumprimento dos locais onde eles foram executados com as respectivas quantidades, o mesmo deve ser assinado pelo secretário municipal, pela empresa contratada e pelo fiscal de contrato.

9.2. O pagamento será parcelado de acordo com o fornecimento, efetuado, no prazo de até **30 (trinta) dias** úteis mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, em conformidade com a legislação vigente, ou seja, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica.

9.2.1. A Nota Fiscal ou Fatura não poderá conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, e sempre que possível constar o número da solicitação de fornecimento, da licitação e do contrato firmado.

9.2.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste **CONTRATO**, em especial, a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** e indenização pelos danos decorrentes.

9.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

9.4. A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for constatado que o fornecimento não obedeceu a todos os detalhes da proposta de preços da **CONTRATADA**, do **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

9.5. A **CONTRATANTE** poderá deduzir os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, do montante a ser pago, nos termos do **CONTRATO**.

9.6. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços, atualização monetária, ou aplicação de penalidade a **CONTRATANTE**.

9.7. A contratada deverá, então, enviar juntamente com as notas fiscais as certidões negativas da UNIAO, FGTS, ESTADO, TRABALHISTA, e se o fornecedor for do Município de Selvíria o mesmo terá que apresentar a Certidão Municipal, obrigatoriamente.

9.8. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.9. No caso de aplicação de alguma multa o pagamento ficará sobrestado até a integral quitação da mesma. A contratante poderá se assim entender, descontar o valor de multas por ventura aplicadas, em quaisquer pagamentos que realizar à contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:**

10.1. O presente **CONTRATO** não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES ACESSÓRIAS:**

11.1. Além das disposições presentes neste instrumento contratual, fica dele fazendo parte integrante, o Termo de Referência e suas exigências e a Proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE DO CONTRATO:**

12.1. Os reajustes deverão obedecer ao que legisla a lei 8666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

* 1. A rescisão contratual poderá ocorrer: Por ato unilateral e formal da CONTRATANTE nas hipóteses previstas nos incisos I à XII e XVII à XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93.

13.2. Por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, devendo a parte interessada em rescindir o presente **CONTRATO** manifestar seu interesse por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência;

13.3. A inexecução total ou parcial deste **CONTRATO**, além de ocasionar a aplicação das penalidades previstas na cláusula seguinte, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78, e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES:**

14.1. Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, bem como pelo atraso no cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, o Município poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

14.1.1. Advertência escrita, a qual consistirá na comunicação formal aos responsáveis por infrações de menor gravidade, podendo ser fixado prazo para a adoção de medidas corretivas;

14.1.2. Multa, consistente em sanção pecuniária, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº. 4.741/2018:

14.1.2.1. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

14.1.2.2. Multa moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

14.1.2.3. Multa por inexecução de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta vencedora ou sobre o valor da contratação, em caso de (i) recusa injustificada em assinar ou aceitar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, ou (ii) descumprimento de cláusula contratual, à exceção da que estabeleça prazo para entrega do objeto ou de parcela deste, cuja inobservância sujeitará a CONTRATADA à sanção moratória.

14.1.3. Impedimento para participar de licitação e assinar contratos com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, bem como descredenciamento do sistema de cadastro do Município por igual prazo;

14.1.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação e assinar contratos com a Administração Pública – isto é, Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios –, por prazo não superior a 02 (dois) anos ou até que o contratado cumpra as condições de reabilitação.

14.2. Aplica-se ao presente contrato o disposto no Decreto Municipal nº. 4.741/2018, que dispõe sobre a aplicação das sanções em processo licitatório, devendo ser observado todos os procedimentos estabelecidos no referido diploma legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO:**

15.1. A publicação do presente instrumento, em extrato, no Jornal Oficial do Município, ficará a cargo da **CONTRATANTE**, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA NOVAÇÃO:**

16.1. A não utilização pelas partes dos direitos a elas assegurados neste CONTRATO e na Lei em geral, bem como a não aplicação de sanções, não importam em novação aos termos contratuais, não devendo, portanto, serem interpretadas como renúncia ou desistência de direitos, sendo que todos os recursos postos à disposição da CONTRATANTE serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO CONTRATUAL:**

17.1. As partes elegem o Foro da Comarca do Município de Selvíria, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam este TERMO DE CONTRATO, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Selvíria – MS, de de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Contratante \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\* Contratada Representante \*\*\*\*\*\*

Função Empresa:

Testemunhas:

Nome: ...................... CPF...................Nome: ......................... CPF....................

**ANEXO IX**

**DAS JUSTIFICATIVAS E DO VALOR REFERENCIAL**

**I - JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO**

Em 23 de setembro de 2019, foi publicado o Decreto nº. 10.024, que regulamenta o pregão eletrônico no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O normativo aplica-se, também, aos entes federativos que contratem bens e serviços comuns com recursos da União repassados por transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, sendo obrigatório o pregão eletrônico, salvo se a Lei ou regulamentação específica que dispuser sobre aludida transferência definir de forma diversa (art. 1º, § 3º).

O art. 1º, § 1º, do Decreto 10.024/19 prescreve a obrigatoriedade do pregão eletrônico para bens e serviços comuns, excepcionando-o, porém, mediante prévia justificativa da autoridade competente, desde que comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração, hipótese em que se cogita a adoção do formato presencial (§ 4º, do art. 1º).

Nestes termos temos:

*“§ 4º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica”*

Embora o Decreto anterior estabelecesse a preferência, e não a obrigatoriedade do pregão eletrônico, o Tribunal de Contas da União já preconizava que o uso do formato presencial só seria aceito mediante justificativa capaz de comprovar a inviabilidade técnica e/ou desvantagem do eletrônico.

A hipótese, portanto, pode ocorrer nessas situações excepcionais, nas quais reste demonstrada a inviabilidade do uso da internet, em face do local da realização da licitação, ou comprovado prejuízo decorrente do uso de recursos de tecnologia da informação.

É sabido que a qualidade no serviço de internet em nosso país, mesmo que haja oferta de velocidade “relativamente adequada”, a experiência nacional é de um péssimo fornecimento deste serviço, especialmente em cidade com densidade demográfica menor, senão, vejamos:

*“(...) O Brasil está em 50º lugar no ranking do InterNations - dentre 68 países avaliados. Conseguir uma conexão de internet rápida em casa e um número de telefone local são os quesitos nos quais o país se sai pior, em 62º e 60º lugar, respectivamente. Em termos de qualidade de vida digital, o Brasil está abaixo de países como a Sérvia (44º lugar), a República Dominicana (45º) e o Cazaquistão (48º). (...)” Fonte:* [*https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/07/14/qualidade-de-vida-digital-conheca-os-paises-mais-conectados-do-mundo.ghtml - acessado em 03/2020*](https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/07/14/qualidade-de-vida-digital-conheca-os-paises-mais-conectados-do-mundo.ghtml%20-%20acessado%20em%2003/2020)*.*

Pelos dados do IBGE – Censo 2010, o município de Selvíria - MS possui 11.826 habitantes, sendo considerado um município de pequeno porte. Sendo assim, o município esbarra em diversas dificuldades técnicas, como qualquer outro município brasileiro de sua categoria, em relação à viabilidade técnica para realização do pregão eletrônico. Seja por suporte técnico, seja por oscilação ou falta de acesso à internet e oferecimento deste serviço pelas operadoras responsáveis.

A instabilidade da conexão, bem como a queda constante do sinal são os principais fatores que impedem a contratação através do uso de tecnologia de informação por tratar-se de forma que depende exclusiva e diretamente da qualidade dos serviços de internet.

Aí nos deparamos com a possibilidade de uso do pregão presencial para fomentar o mercado local e/ou regional. Isso porque, é preciso reconhecer que o regime jurídico aplicável às licitações ganhou novos contornos com o advento da Lei 12.349/10, que alçou o desenvolvimento nacional sustentável a objetivo da licitação. Nessa seara encontra-se a realização do pregão presencial quando este for mais vantajoso para a administração, alcançando assim a eficiência desejada, não deixando de escanteio o princípio da economicidade.

O Pregão Presencial, em cidades demograficamente menores é mais acessível, especialmente aos interessados estabelecidos localmente e/ou regionalmente, sem causar óbice à participação das grandes empresas estabelecidas localmente e/ou regionalmente ou ainda nacionalmente garantindo a observância do princípio constitucional da isonomia e impessoalidade permitindo desta forma conforme cada caso a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos, e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, mediante sessão pública.

Ainda na mesma toada, a Lei Complementar 123/06, ao instituir o Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, contemplou no art. 47 o tratamento diferenciado com o escopo de promover o desenvolvimento local e regional. A partir dessas premissas, é possível concluir que, atualmente, a licitação deve ser vislumbrada como instrumento de política pública para a promoção do desenvolvimento local e regional e, dessa feita, em âmbito nacional, fomentando o desenvolvimento de empresas locais, uma vez que isso permite maior geração de empregos e distribuição de renda, além de investimento por parte das empresas no local e na região.

Pondera-se assim, que o pregão eletrônico, por ampliar em demasiado a competitividade (o que, regra geral, é uma vantagem), a depender do caso concreto e do mercado no qual as empresas atuam, pode não se mostrar vantajoso.

As políticas públicas relativas ao desenvolvimento local e regional, impulsionam as compras governamentais para microempresas e empresas de pequeno porte e assim podemos justificar o afastamento do pregão eletrônico quando as circunstâncias recomendarem. Pode ser que - no plano dos fatos - seja recomendável a realização do pregão presencial para melhor se adequar às políticas de compras locais.

Esse é um motivo que nos justifica o abandono do pregão eletrônico. Em tal caso, no pregão presencial, continuará a Administração Pública a prestigiar todos aqueles valores e princípios existentes em torno dessa ferramenta de compras; e - ademais – estamos valorizando o desenvolvimento local sustentável.

A de salientar ainda que de acordo com a Lei Complementar 123/2006 atualizada pela Lei Complementar 147/2014, onde em seu arcabouço jurídico é previsto a possibilidade do tratamento prioritário as empresas sediadas localmente e/ou regionalmente, com vistas a fortalecer e estimular a economia local/regional, ao considerarmos a utilização do Pregão na modalidade Eletrônica, além do que até aqui argüido, a de se mencionar o aspecto tecnológico cultural de cada região, assim a finalidade da norma jurídica acima citada perderá seu objetivo, já que haverá grandes dificuldades especialmente localmente em adequação tecnológica dos micros, pequenos e médios empreendedores a fim de utilizarem e participarem das licitações na forma eletrônica, o que ao nosso entender há nítida quebra dos princípios da isonomia e igualdade.

Ainda de acordo com Decreto 10.024/19 no art. 1º § 3º estabelece a obrigatoriedade da utilização da modalidade de pregão na forma eletrônica ou dispensa eletrônica, nas licitações realizadas com a com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse; desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem conforme previsão do § 4º.

*§ 4º “Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.*

O Pregão Eletrônico demanda a necessidade da utilização de uma plataforma de uso e acesso específica, via internet da qual já está comprovada a ineficiência nacional, bem como, a utilização dessa plataforma de uso e acesso específica necessita de treinamento próprio, e, literalmente, direcionado, a depender da qual plataforma se utilize, e ainda da necessidade de equipamentos e uma rede lógica completa e eficiente que encontrará entraves por conta da má qualidade nacional de sinal, o que se configura uma desvantagem.

Os princípios norteadores da Administração Pública tais como a eficiência, e ainda a celeridade podem ser violados na modalidade eletrônica, vejamos:

*“(...) Muitas vezes não há entrega dos produtos no prazo estabelecido no edital, em razão da distância entre as empresas, todo processo necessita de internet de boa qualidade (pois alguns municípios ainda possuem internet lenta e instável), Atualização de Sistemas, Desclassificação de itens em razão de lances abaixo do preço, inviabilizando a entrega do item.(...) Produto Inadequado/inferior e (ou) em desacordo com o edital, Menor concorrência, poucas empresas participam, Baixa qualidade/durabilidade dos produtos, Competitividade desleal entre pequenas empresas em relação às de grande porte, Espaço físico limitado para realização de todo o processo de pregão presencial, Insatisfação dos participantes que não foram habilitados e que perderam a disputa. (...)” Fonte: RAC - Revista de Administração e Contabilidade. Ano 15, n. 29, p. 106-127, jan./jun. 2016. ISSN 2525-5487.*

*“(...) no pregão eletrônico ocorre a fase de lance onde o fornecedor busca fazer o menor preço possível e isso muitas vezes acaba se tornando uma preocupação para a Administração, pois o pregão é uma modalidade para compra de bens e serviços comuns, entende-se daí que, a diversas variedades no mercado e muitas vezes para se ofertar o menor preço, o licitante acaba ofertando o produto de pior qualidade, prejudicando assim toda a Administração”,* (...) *Outra desvantagem que ocorre somente com o Pregão Eletrônico, também pelo fato do mesmo poder ser disputado em qualquer lugar, e com frequência provoca a abertura de diversos Processos Administrativos, é a não entrega e o não cumprimento do edital por parte da licitante. Esse muitas vezes com o objetivo de conseguir ofertar o preço mais baixo, acaba por esquecer os fatores que influenciam, como, por exemplo, o frete, e acabam se tornando prejuízo para a mesma que muitas vezes “pagam” para entregar o bem licitado a Administração, e sem estudo da situação opta por simplesmente não cumprir sua parte do contrato. Grandes empresas estão sempre em condições de ofertar os menores preços, esta é outra desvantagem que podemos elencar. Os grandes empresários adquirem grandes quantidades dos produtos em seus fornecedores, fazendo com que o custo seja proporcionalmente menor e suportar uma margem de lucro menor.(...)” (*[*https://facnopar.com.br/conteudo-arquivos/arquivo-2019-08-29-15670966770483.pdf*](https://facnopar.com.br/conteudo-arquivos/arquivo-2019-08-29-15670966770483.pdf) *- Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, do Curso de Direito da Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR - Bacharelando do Curso de Direito: Mario Rocha Neto).*

Note que mesmo que a Administração adote parâmetros de qualidade mínimos precisos e adequados para suas aquisições, a possibilidade que licitantes de toda parte do país participar e ofertar produtos de má qualidade é muito maior, ensejando em futuras notificações, sanções, rescisões contratuais delongando na aquisição pretendida, afetando diretamente a eficiência e celeridade pretendida nas aquisições públicas.

Vale ressaltar ainda, que o pregão na forma eletrônica demanda de boa qualidade de internet não apenas para o ente federativo, mais também ao licitante interessado o que pressupõe que o mesmo deverá ter um maior aporte em investimentos tecnológicos, um custo muitas vezes inviável ao micro, pequeno e médio empreendedor nas cidades de menor porte, inviabilizando a aplicação da LC 123/2006 no que tange ao fomento da economia local, e inevitavelmente priorizado as grandes empresas em todo território nacional ensejando na quebra dos princípios da isonomia e impessoalidade.

Desta forma, agregando todos os fatores supramencionados, é importante ter em mente que a facultatividade tópica no emprego do pregão presencial harmoniza-se perfeitamente com a necessidade de se promover o desenvolvimento local e regional quando do uso do poder de compra governamental para efetivar políticas públicas que visem a melhor distribuição de riquezas, a geração de renda e empregos.

O Tribunal de Contas da União, sobre a utilização do pregão eletrônico e sua substituição pelo pregão presencial já se manifestou inúmeras vezes, que aqui trazemos:

*“Em atenção ao art. 4º do Decreto 5.450/2005, deve ser adotada a forma eletrônica nos pregões, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente, observando o disposto no item 9.2.1 do Acórdão nº 2471/2008 Plenário. Acórdão 2340/2009 Plenário (Sumário)”*

*“O pregão eletrônico é obrigatório para licitações que visam à aquisição de bens e serviços comuns, só não sendo utilizado se, comprovada e justificadamente, nos termos do Decreto nº 5.450/2005, houver inviabilidade, que não se confunde com a opção discricionária. Acórdão 1700/2007 Plenário (Sumário)”*

*“Adote a forma eletrônica nos pregões, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada nos autos pela autoridade competente, observando o disposto no item 9.2.1 do Acórdão 2471/2008 Plenário. Acórdão 2340/2009 Plenário”*

*“Faça constar dos processos administrativos a descrição dos fatos que comprovem a inviabilidade da realização do pregão na forma eletrônica, evitando a opção pelo pregão presencial de forma discricionária, nos termos do § 1º do art. 4º do Decreto nº 5.450/2005. Acórdão 4067/2009 Segunda Câmara (Relação)”*

Resta, portanto demonstrada nesta justificativa a inviabilidade de utilização do pregão eletrônico no município de Selvíria – MS, tanto pela falta de suporte técnico específico e necessário para a realização deste, quanto pela vontade da administração municipal contratar fornecedores da região, fomentando o comércio local, que necessita de incentivo e impulsionamento. Fatores estes que estão em sintonia com o exigido pela legislação aplicável.

**II – O VALOR ESTIMADO TOTAL PARA ESSA LICITAÇÃO SERÁ DE:**

R$ 2.423.934,60 (dois milhões e quatrocentos e vinte e três mil e novecentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos).

*Os valores médios unitários não serão informados, para manter a competitividade na etapa de lances/negociação, baseado nas jurisprudências do Tribunal de Contas da União, conforme julgados exemplificativos:*

*[...] 35. Portanto, nas licitações na modalidade de pregão, os orçamentos estimados em planilhas de quantitativos e preços unitários - e, se for o caso, os preços máximos unitários e global - não constituem elementos obrigatórios do edital, devendo, no entanto, estar inseridos nos autos do respectivo processo licitatório. (Acórdão n.º 392/2011-Plenário, TC-033.876/2010-0, Rel. Min. José Jorge, 16.02.2011) (grifou-se)*

*REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO (...). 1. Na licitação na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame. Ficará a critério do gestor, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir esse orçamento no edital ou de informar, no ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-lo.” (Acórdão nº 114/2007, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler) (grifou-se)*

*[...] 9. Assim, ressalvada a necessidade de que as estimativas estejam presentes no processo, acredito que deve ficar a critério do gestor a decisão de publicá-las também no edital, possibilitando desse modo que adote a estratégia que considere mais eficiente na busca pela economicidade da contratação.” (Acórdão nº 1405/2006, Plenário, Rel. Min. Marcos Vinicius Vilaça) (grifou-se).*

**ANEXO X**

**MODELO DE RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL**

**PROCESSO N° 116/2021**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2021**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ***Razão Social ou***  ***Nome Pessoa Física:*** | | | |  |
| ***CNPJ/CPF n°:*** | |  | | |
| ***Endereço:*** |  | | | |
| ***Cidade:*** |  | | | |
| ***Estado:*** |  | | | |
| ***E-mail:*** |  | | | |
| ***Telefone/Fax:*** | |  | | |
| ***Pessoa para Contato:*** | | |  | |

Recebemos e/ou Retiramos no site, cópia do Instrumento Convocatório da Licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e Carimbo CNPJ/CPF

**ATENÇÃO**

**SENHOR LICITANTE**

Visando comunicação futura entre este Município e vossa Empresa/Pessoa Física, solicito de Vossa Senhoria preencher o Recibo de Entrega do Edital e remeter ao Setor de Licitações por meio do e-mail: **licitacao@brasilandia.ms.gov.br**. Nosso telefone para contato é: (0\*\*67) 3546 – 1301.

***A não remessa do recibo exime o Setor de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais devendo a licitante interessada estar atenta às publicações nos meios oficiais de comunicação deste município, tais como: site oficial e diário oficial.***

**ANEXO XI**

**PLANILHA/CRONOGRAMA/MAPAS**

Os serviços serão realizados de segunda à sábado, conforme programação e mapas anexo em um período diário de 8 horas de segunda a sexta feira e 4 horas no sábado, totalizando 44 horas semanais, conforme legislação de trabalho vigente:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DIAS** | **INÍCIO** | **INTERVALO** | **RETORNO** | **TÉRMINO** |
| Segunda a sexta | 02:00 | 06:00 | 07:00 | 10:00 |
| Sábado | 02:00 | \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\* | \*\*\*\*\*\*\*\*\* | 06:00 |
| festividade | Conforme necessidade do município | \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\* | \*\*\*\*\*\*\*\*\* | \*\*\*\*\*\*\*\*\* |

O dimensionamento das vias foi calculado através da multiplicação do comprimento das vias x 4 m de largura.

Quantitativo do serviço de varrição

|  |  |
| --- | --- |
| RUAS | ÁREA TOTAL DE VARRIÇÃO |
|  |  |
| RUA ANTÔNIO LUIZ DE BRITO | 11.584,00 |
| RUA ROBERTO BARRACO | 22.080,00 |
| RUA 12 DE MAIO | 24.448,00 |
| AVENIDA JOÃO SELVIRIO DE SOUZA | 53.312,00 |
| RUA 24 DE JUNHO | 21.120,00 |
| RUA VEREADOR JOSÉ ALEXENDRE TRINDADE | 18.880,00 |
| RUA JOAQUIM DIOGO FILHO | 16.192,00 |
| AVENIDA PROFESSORA MARILUCIA ROSA TORRES LALUCIE (ANTIGA AVENIDA GOIÁS) | 63.504,00 |
| RUA ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA | 11.888,00 |
| RUA APARECIDO CAETANO (FORRÓ) | 3.904,00 |
| RUA PROJETADA B | 1.560,00 |
| RUA PROJETADA C | 3.744,00 |
| RUA PROJETADA D | 5.824,00 |
| RUA PROJETADA E | 5.967,00 |
| RUA PROJETADA F | 5.915,00 |
| RUA PROJETADA G | 5.876,00 |
| RUA PROJETADA H | 5.837,00 |
| RUA PROJETADA I | 5.758,00 |
| RUA PROJETADA J | 5.733,00 |
| RUA PROJETADA K | 5.681,00 |
| RUA PROJETADA L | 5.642,00 |
| RUA PROJETADA M | 5.538,00 |
| RUA PROJETADA P | 4.719,00 |
| RUA PROJETADA O | 5.408,00 |
| RUA PROJETADA N | 5.772,00 |
| AVENIDA ACIR REZENDE | 2.000,00 |
| RUA PEDRO LOPES | 3.200,00 |
| RUA DA LIBERDADE | 2.000,00 |
| RUA CAROLINA DA CRUZ PRATES | 6.400,00 |
| ESTEVES BARBOSA DE ALMEIDA | 4.800,00 |
| RUA VEREADOR ARIÚDES FERNANDES LEITE | 4.800,00 |
| VIELA PROJETADA "E" | 6.400,00 |
| RUA ALDO DE QUEIROZ | 4.800,00 |
| VIELA PROJETADA "C" | 1.600,00 |
| RUA AFONSO GARCIA MOREIRA | 14.656,00 |
| RUA SEBASTIÃO TEIXEIRA GOMES | 9.600,00 |
| VIELA PROJETADA "A" | 1.600,00 |
| AVENIDA JAMIL KAUÁS | 16.640,00 |
| Viela 75 | 1.600,00 |
| RUA RUI BARBOSA | 14.400,00 |
| RUA OLEGÁRIO RODRIGUES DE FREITAS | 1.600,00 |
| RUA IRINEU FERNANDES RODRIGUES | 14.400,00 |
| RUA GABRIEL CASSIANO DO NASCIMENTO | 12.800,00 |
| AVENIDA CAPITÃO CELSO BATISTA DA SILVA | 31.388,00 |
| RUA VEREADOR ADELMO ZAMBOM | 16.928,00 |
| RUA VEREADOR ISAC LALUCE | 12.800,00 |
| RUA PAULO BRANDÃO | 8.096,00 |
| **TOTAL** | **515.669,00** |

**Pintura meio fio**.

1. Definição

Embora esse serviço não se insira no rol de atividades elencadas pela Lei de Saneamento Básico, sua inclusão tem sido admitida quando da licitação da limpeza urbana, visto ser frequente o compartilhamento da mão de obra entre alguns serviços, a exemplo da raspagem de sarjetas.

2. Plano de execução

A pintura de meio-fio é um serviço posterior ao serviço de limpeza urbana e é feita após a varrição e limpeza geral para dar um melhor acabamento ao serviço de limpeza pública, bem como preservar a sinalização de segurança para veículos e pedestres.

Para a definição do preço unitário deste serviço foi utilizado como referência o SICRO, que é a sigla de Sistema de Custos Referenciais de Obras, criado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em sua essência este sistema é a relação de insumos e composições usadas como referência para obras de infraestrutura de transportes.

3. Dimensionamento

Os dados constantes na Tabela 1 dizem respeito à medição, realizada no software AutoCad, do comprimento total de meio-fio da cidade de Selvíria-MS.

Comprimento de meio-fio

|  |  |
| --- | --- |
| LOGRADOURO PAVIMENTADOS | COMPRIMENTO DE MEIO FIO (m) |
| RUA ANTÔNIO LUIZ DE BRITO | 1.448,00 |
| RUA ROBERTO BARRACO | 2.880,00 |
| RUA 12 DE MAIO | 1.876,00 |
| AVENIDA JOÃO SELVIRIO DE SOUZA | 3.808,00 |
| RUA 24 DE JUNHO | 2.640,00 |
| RUA VEREADOR JOSÉ ALEXENDRE TRINDADE | 2.360,00 |
| RUA JOAQUIM DIOGO FILHO | 2.024,00 |
| RUA ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA | 1.486,00 |
| RUA APARECIDO CAETANO (FORRÓ) | 488,00 |
| RUA RUBENS VISANI | 256,00 |
| RUA PROJETADA B | 240,00 |
| RUA PROJETADA C | 576,00 |
| RUA PROJETADA D | 896,00 |
| RUA PROJETADA E | 918,00 |
| RUA PROJETADA F | 910,00 |
| RUA PROJETADA G | 904,00 |
| RUA PROJETADA H | 898,00 |
| RUA PROJETADA I | 890,00 |
| RUA PROJETADA J | 882,00 |
| RUA PROJETADA K | 874,00 |
| RUA PROJETADA L | 868,00 |
| RUA PROJETADA M | 852,00 |
| RUA PROJETADA P | 726,00 |
| RUA PROJETADA O | 832,00 |
| RUA PROJETADA N | 888,00 |
| AVENIDA ACIR REZENDE | 200,00 |
| RUA PEDRO LOPES | 400,00 |
| RUA DA LIBERDADE | 200,00 |
| RUA CAROLINA DA CRUZ PRATES | 800,00 |
| ESTEVES BARBOSA DE ALMEIDA | 600,00 |
| RUA VEREADOR ARIÚDES FERNANDES LEITE | 800,00 |
| RUA ALDO DE QUEIROZ | 600,00 |
| RUA SEBASTIÃO TEIXEIRA GOMES | 1.200,00 |
| VIELA PROJETADA "A" | 200,00 |
| AVENIDA JAMIL KAUÁS | 2.080,00 |
| Viela 75 | 200,00 |
| RUA RUI BARBOSA | 1.800,00 |
| RUA OLEGÁRIO RODRIGUES DE FREITAS | 200,00 |
| RUA IRINEU FERNANDES RODRIGUES | 1.800,00 |
| RUA GABRIEL CASSIANO DO NASCIMENTO | 1.600,00 |
| AVENIDA CAPITÃO CELSO BATISTA DA SILVA | 2.242,00 |
| RUA VEREADOR ADELMO ZAMBOM | 2.116,00 |
| RUA VEREADOR ISAC LALUCE | 1.600,00 |
| RUA PAULO BRANDÃO | 1.012,00 |
| TOTAL | 51.070,00 |

Frequência dos serviços

Considerando que o serviço será executado 5 vezes por ano em cada trecho e que a guia tem 10 cm de largura e 13 cm de altura o quantitativo mensal em metros quadrados do serviço é 4.894,20 m² para a caiação.

**Poda de árvores**

Dimensionamento

A quantificação do número de árvores em canteiros, espaços públicos e vias de área urbana na cidade de Selvíria/MS, foi de 250 árvores.

Frequência do Serviço

Segundo Junior e Magalhães (2010), no trabalho “APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DA PODA DE ÁRVORES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PARA COMPOSTAGEM” o volume médio podado por exemplar da Espécie Licania tomentosa (benth.) Fritsch, (nome popular Oiti) é 1,71 m³. Para o cálculo do quantitativo, considerou que cada árvore será podada 2 vezes por ano, com isso temos 71,25 m³ de poda de árvores por mês.

**Roçada de grama**

Plano de Execução

Esse serviço devendo ser feito, em média, a cada três meses. Um planejamento mais detalhado deve considerar a velocidade de crescimento do mato, que várias significativamente conforme a estação do ano. O serviço de carga, descarga e transporte do resíduo gerado será considerado em um serviço a parte, o qual irá contemplar todos os demais serviços que geram resíduos.

Dimensionamento

A quantificação de áreas públicas e canteiros com cobertura de grama na área urbana foi de 26.221,77m². O levantamento foi realizado por meio de sensoriamento remoto com utilização do software Qgis 3.10 e validado por meio de vistoria de campo

Para definir o quantitativo total mensal considerou-se que a grama será cortada 8 vezes por ano em cada área. Com isso, tem-se17.481,18 m² é a área a roçada na cidade por mês.

**Limpeza de bueiro, boca de lobo e boca-de-dragão**

Dimensionamento

Através de análise dos projetos de redes de drenagem existente na cidade e vistorias in loco fez-se uma estimativa de 84 unidades de bocas-de-lobo simples e 27 bocas-de-dragão no município de Selvíria - MS. Considerando o volume de detritos já mencionado e frequência anual do serviço, tem-se 46,04 m³ de volume mensal estimado para este serviço.

**Varrição Mecanizada**

Dimensionamento

A tabela a seguir apresenta os trechos da cidade que foram consideradas para o serviço raspagem mecanizadas.

|  |  |
| --- | --- |
| TRECHOS CONSIDERADOS | COMPRIMENTO (m) |
| RUA 12 DE MAIO | 1.644,00 |
| RUA 24 DE JUNHO | 1.564,00 |
| RUA VEREADOR JOSÉ ALEXANDRE TRINDADE | 1.180,00 |
| AVENIDA JOÃO SELVIRIO | 1.904,00 |
| RUA JOAQUIM DIOGO FILHO | 1.012,00 |
| RUA AFONSO GARCIA MOREIRA | 916,00 |
| AVENIDA PROFESSORA MARILUCIA ROSA TORRES LALUCIE (ANTIGA AVENIDA GOIÁS) | 2.268,00 |
| AVENIDA JAMIL | 1.040,00 |
| RUA VEREADOR ADELMO ZAMBOM | 1.058,00 |
| RUA VEREADOR ISAC LALUCE | 800,00 |
| RUAPAULO BRANDÃO | 506,00 |
| RUA ANTONIO JOSE DA SILVA | 733,00 |
| RUA SEBASTIÃO TEIXEIRA | 600,00 |
| AVENIDA ACIR REZENDE | 100,00 |
| RUA PEDRO LOPES | 200,00 |
| RUA PROJETADA B | 120,00 |
| RUA PROJETADA C | 288,00 |
| RUA PROJETADA D | 448,00 |
| RUA PROJETADA E | 459,00 |
| RUA PROJETADA F | 455,00 |
| RUA PROJETADA G | 186,00 |
| **TOTAL** | **17.481,00** |

**Carga, descarga.**

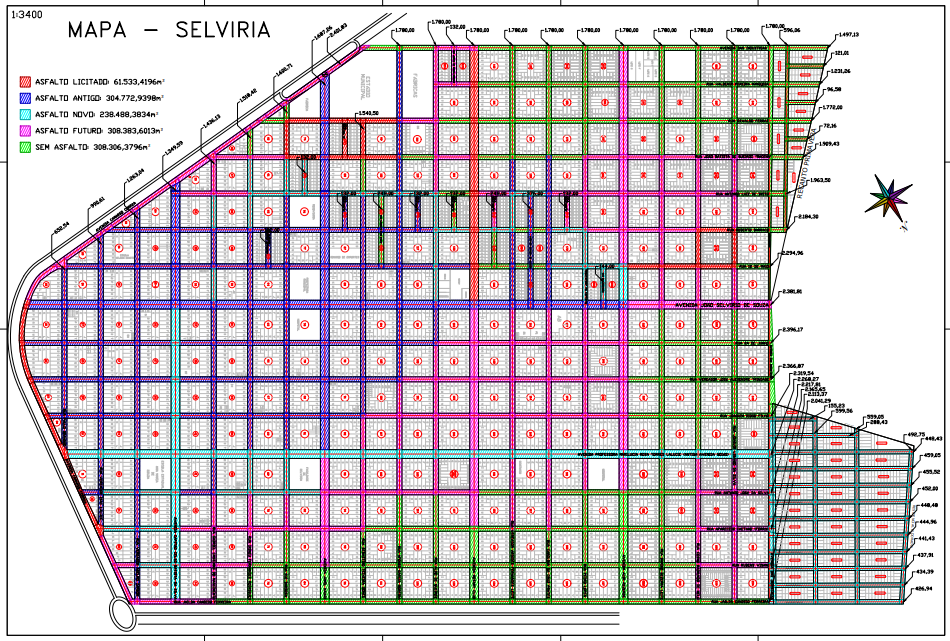
Plano de Execução

Este serviço é dividido em 2 sub serviços, Carga e Descarga e Transporte. Para o serviço Carga e descarga o quantitativo considerado será o volume estimado de resíduos gerados por cada serviço no mês e para o serviço de transporte, será considerado que os sacos de lixos serão depositados nos canteiros das avenidas, após isso o caminhão basculante percorrerá os trechos recolhendo os sacos.

Dimensionamento

A tabela a seguir apresenta A quantidade estimada de resíduos gerados por mês, considerando os quatro serviços.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DEMANDA DE RESÍDUOS A SEREM  COLETADOS | | |
| SERVIÇOS | QUANTIDADE | UNID. |
| Varrição Manual | 25,78 | m³ |
| Roçada Mecanizada | 349,62 | m³ |
| Limpeza de  Bueiro | 46,04 | m³ |
| Poda de Árvore | 71,25 | m³ |
| TOTAL | 492,70 | m³/mês |
| TOTAL | 30,79 | m³/dia |
| 04 viagens por dia com caminhão de 6 m³ | | |

****

Uma imagem contendo edifício

Descrição gerada automaticamente

**ANEXO XII**

### PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO – MÃO DE OBRA TRABALHADOR.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **I – DISCRIMINAÇÃO** |  |  |
| A proposta de preços foi elaborada com base no salário normativo de R$ ----- (----------------), pertinente à categoria de | | |
| **II – MAO DE OBRA (REMUNERAÇÃO)** |  |  |
| 01 – Salário Mensal |  |  |
| 02 – Hora Extra - Até 02 Horas Diárias |  |  |
| 03 - Hora Extra |  |  |
| 04 – Adicional Noturno |  |  |
| 05 – Adicionais (periculosidade/ insalubridade |  |  |
| 06 – Gratificação Convenção Coletiva |  |  |
| **VALOR DA REMUNERAÇÃO MENSAL** |  |  |
| **VALOR DA RESERVA TÉCNICA** |  |  |
|  |  |  |
| **III – ENCARGOS SOCIAIS** |  |  |
| **GRUPO “A”** |  |  |
| 01 – INSS |  |  |
| 02 – SENAI ou SENAC |  |  |
| 03 – INCRA |  |  |
| 04 – SEBRAE |  |  |
| 05 – Salário Educação |  |  |
| 06 - SESI ou SESC |  |  |
| 07 – FGTS |  |  |
| 09– Seguro acidente do trabalho/SAT/INSS |  |  |
| 09 – Assistência Social Familiar Sindical |  |  |
| **VALOR ENCARGOS SOCIAIS** |  |  |
| **GRUPO “B”** |  |  |
| 09 – Férias |  |  |
| 10 – Auxílio-doença |  |  |
| 11– Licença Paternidade / Maternidade |  |  |
| 12 – Faltas Legais |  |  |
| 13 – Acidente de trabalho |  |  |
| 14 – Aviso Prévio |  |  |
| 15 – 13° Salário |  |  |
|  |  |  |
| **GRUPO “C”** |  |  |
| 16 – Indenização 50% Multa FGTS |  |  |
| 17 – Indenização Aviso Prévio |  |  |
| 18 – Indenização (rescisões sem justa causa) |  |  |
| **GRUPO “D”** |  |  |
| 19 – Incidência de encargos do Grupo “A”, sobre os itens do Grupo “B” |  |  |
| **TOTAL DO VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS** |  |  |
| **IV – INSUMOS** |  |  |
| 01 – Uniformes |  |  |
| 02 – Vale Alimentação |  |  |
| 03 -Vale Transporte |  |  |
| 04 – Outros (especificar) |  |  |
| **VALOR TOTAL DOS INSUMOS** |  |  |
| **08 – Outros (especificar)** |  |  |
| **09 – Custo com os Veículos** |  |  |
| **CUSTO TOTAL MENSAL** |  |  |
| **VI – DEMAIS COMPONENTES** |  |  |
| **01 – Lucro** |  |  |
| **02 – Despesas Administrativas/Operacionais** |  |  |
| **VII – TRIBUTOS** |  |  |
| **01 – Tributos (Especificar inclusive IPVA)** |  |  |
| **VALOR DA MAO DE OBRA - MÉDIA MENSAL (Remuneração + reserva técnica + encargos sociais + insumos+ Demais Componentes + Tributos)** | |  |

**Anexo XII - ORÇAMENTO PROPOSTA**

**ANEXO XIII – MODELO DE VISITA TÉCNICA**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

**Atesto, para fins de cumprimento do disposto no EDITAL DE LIMPEZA PÚBLICA Nº 032/2021, que a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através do Engº/Arqº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CREA/XX nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, tomou conhecimento das condições atuais do local onde será executada os serviços em epígrafe, mediante verificação, *in loco.***

Selvíria - MS, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Engº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CNPJ:

Obs. Representante da empresa, deve identificar – se com dados e função;